



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: SANDRA SANTANA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 28-03-2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Boa tarde a todos e todas.

Declaro abertos os trabalhos da primeira audiência pública de 2022 da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, a ser realizada hoje, dia 28 de março de 2022. Esta audiência pública foi convocada em atendimento ao Requerimento 01/2022, da CCJ, de autoria do Vereador Professor Toninho Vespoli, aprovado em reunião ordinária da Comissão em 09/03/2022, tendo como pauta a discussão da criação de novos parques na cidade de São Paulo.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, e no seu canal no Youtube. Informo também que a realização desta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde 24 de março. As inscrições para a participação do público estavam abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde 22 de março, devendo os inscritos pelo *site* participarem pela plataforma on-line, em *link* enviado por *e-mail*. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever na secretaria da Comissão e terá três minutos para se manifestar.

Foram convidados para esta audiência pública a Sra. Tamires Carla de Oliveira, representante da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Coordenadora da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal; o Sr. José Armênio de Brito Cruz, Secretário Municipal Adjunto de Urbanismo e Licenciamento; Sr. Alexandre Modonezi, Secretário Municipal de Subprefeituras; Sr. Gilberto Natalini, ex-Vereador desta Casa; Sr. Marcos Buckeridge, Coordenador do Programa USP Cidades Globais, do Instituto de Estudos Avançados da USP; Sr. Ivan Maglio, Consultor Ambiental e Urbanístico, e Sr. Francisco Bodião, do Fórum Verde Permanente.

Esta audiência pública foi chamada para discutirmos a questão dos parques na cidade de São Paulo. Todos sabem dos eventos meteorológicos que atingiram a cidade de São Paulo e o Brasil inteiro devido às mudanças climáticas e, nesta época de chuvas, certo setor da sociedade sofre mais. Sabemos também dos impactos nos gastos públicos para mitigar esses efeitos, com o plantio de árvores nos parques, que compõem os poucos espaços de lazer para

os munícipes da Capital. Por mais que a Prefeitura de São Paulo tenha dinheiro em caixa e tenha aumentado consideravelmente o orçamento da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, a implementação de parques na Cidade caminha a passos módicos. Essa discussão, portanto, é importantíssima.

Nas duas gestões do Secretário Eduardo Jorge, por exemplo, foram implementados 66 novos parques, mas a sociedade clama por mais parques na cidade de São Paulo. A ideia e a intenção é que a sociedade civil trabalhe em conjunto com o Poder Público, Prefeitura e Câmara Municipal de São Paulo. No Plano Diretor Estratégico, foi sugerida a criação de 167 parques, mas nós sabemos que alguns deles não têm mais condições de serem implementados por suas áreas já estarem totalmente ocupadas. Precisamos, portanto, de uma atualização desse quadro, de quais são as novas demandas por parques na Cidade e quais já nem devem mais constar dele.

Agora, então, nós vamos começar a ouvir, por cinco minutos, os representantes da sociedade e, após, os representantes da Prefeitura. Após, passaremos a palavra, por três minutos, às pessoas inscritas.

Então, começando. Tem a palavra o Sr. Ivan Maglio. Cinco minutos.

O SR. IVAN MAGLIO – Boa tarde a todos e todas.

Parabéns à Comissão e ao Vereador Toninho Vespoli por ter organizado esta audiência pública de um tema tão fundamental para a cidade de São Paulo.

Como já foi dito, estamos vivendo uma situação crítica de mudanças climáticas. Bastam terem visto a crise dos primeiros meses do ano. Não tivemos uma tragédia na cidade de São Paulo, mas tivemos tragédias em Franco da Rocha, na Região Metropolitana.

O Plano de Ação Climática e da Cidade fala em 470 áreas de risco geotécnico. Sabemos que em uma crise climática essas áreas de risco vão se multiplicar e aumentar. O próprio Plano não fez um estudo de prognóstico para prever melhor quais as áreas inundáveis, quais as áreas de risco e o que fazer.

Então, nós sabemos que uma das principais formas de se preparar é que a Cidade

seja mais resiliente, que tenha mais áreas verdes, mais parques, além de ter ações concretas em relação à redução dessas áreas de risco. É uma tragédia anunciada.

Fica para o Executivo a discussão do que ele pretende fazer, porque o Plano de Ação Climática não apontou claramente qual é a prioridade e como tratar todas aquelas áreas de risco que são sinalizadas. O que ele propôs, que é bom, é que as Leis de Uso do Solo e o Plano Diretor considerem essas áreas de risco antes de propor ocupação dessas áreas ou uso inadequado delas.

A distribuição das áreas verdes na Cidade é sabidamente desigual. Há estudos do próprio Instituto de Estudos Avançados, onde fizemos pesquisa sobre isso, e as áreas verdes na Cidade são mal distribuídas. Então, nós temos cerca de quinze subprefeituras que têm índices de área verde por habitante – menos de cinco metros quadrados por habitante – muito aquém do desejado. Já se falou em doze metros quadrados por habitante, mas isso ainda é um número conservador.

Então, nós não temos, inclusive no Plano Diretor, uma previsão de metas para que essas subprefeituras super mal providas de áreas verdes tenham uma melhoria desses índices. Faltam metas, inclusive no Plano Diretor, para corrigir essa situação de desigualdade. Têm matas nas áreas Norte e Sul, mas não temos distribuídas nessas subprefeituras, por exemplo, a área Centro, Sé, Mooca, Aricanduva, Vila Formosa, todos esses da zona Leste são subprefeituras muito desprovidas de áreas verdes. Então, precisamos mudar esse quadro.

Em relação aos parques, é preciso discutir o orçamento porque temos uma previsão de implantar 160 parques na Cidade, ampliando todo o número de parques na Cidade, e não temos provisão de recursos, não temos um Fundo Municipal de Parques. Então, nada indica que aquelas metas que estão no Plano Diretor serão realizadas, tanto que nos próprios Planos de Metas discutidos, em 2021, a previsão era de 28 novos parques. Nessa velocidade vamos até 2040 e estaremos chegando para atender as metas do Plano Diretor. É uma insuficiência enorme.

Daria exemplos de coisas que não são bem costuradas pela própria Administração,

por exemplo, estamos colaborando com um grupo no Distrito de Raposo Tavares que identificou uma mata muito importante de trezentos mil metros quadrados de Mata Atlântica que, felizmente, foram protegidas como Zepam, mas estão em área privada.

Parte dessa mata está em zona de risco. Então, nós temos situações como esta em que o Plano Municipal de Mata Atlântica e o Plano Diretor preservaram e projetaram a preservação dessas áreas, mas nada indica que elas vão ser colocadas para um uso público. Então, esse caso, por exemplo, da Mata Esmeralda, que eu citaria como símbolo dessa discussão, é que nós temos lá uma área privada sob pressão, querendo transformar uma grande parte da Mata Esmeralda. E a parte que é floresta ombrófila densa de Mata Atlântica não está garantida como uso público.

Então, o quadro que teríamos seria isso ser colocado lá como área verde de um condomínio, o que não é nada desejável para uma Cidade onde a população é carente de espaços públicos, de espaços de lazer. Este caso é emblemático, onde a sociedade está se mobilizando, mas não há recursos. Nós não temos nenhum horizonte em que o sistema de gestão de parques possa ser melhorado, que haja recursos e que novos parques possam efetivamente ser implantados.

Então, acho que está na hora de haver uma discussão mais realista e não brincar de fazer metas e colocar números no Plano Diretor, mas não ter nenhuma correspondência prática, concreta de que haverá orçamento, fundos, plano de gestão e organização dessas metas para serem atingidas de uma forma real e não apenas números soltos lá, como diretrizes que não se realizam. Então, é um pouco por aí que eu gostaria de iniciar essa colocação para esta audiência pública, que alteremos esse estado de coisas e que tenhamos realmente um plano concreto com fundos, com recursos, com medidas planejadas para mudar esse quadro. E sabendo que nós estamos, aí, no limite de uma crise climática, onde a Cidade deve ser transformada em uma cidade capaz de absorver as águas, capaz de suportar essas chuvas intensas que ocorrerão é fundamental, senão não teríamos aí uma situação favorável à população. Do contrário, vamos correr muito risco e situações muito críticas.

Agradeço o espaço desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Anuncio a presença da Covereadora Natália da Bancada Feminista. Também convido para compor a Mesa o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy. Tem a palavra o Sr. Francisco Bodião, do Fórum Verde Permanente. Cinco minutos.

O SR. FRANCISCO EDUARDO BODIÃO – Boa noite a todos e a todas. Obrigado pela oportunidade. Parabéns pela iniciativa desta audiência pública. Saúdo os Vereadores e as Vereadoras da Casa na pessoa do Vereador Professor Toninho Vespoli, Vereador que também tem um compromisso grande com a defesa do meio ambiente na Cidade, que tem acompanhado as discussões que o Fórum Verde tem feito nos últimos anos. Vereador que também compõe o grupo de Vereadores e Vereadoras que dialogam com os ambientalistas e defensores do verde aqui na Cidade.

O Ivan fez uma caracterização importante, então eu só queria reforçar o que o Ivan já trouxe. O Fórum Verde é uma organização que surgiu há três anos. A origem do Fórum Verde está na luta em defesa dos parques públicos da Cidade. Eu faço parte do Movimento Parque Chácara do Jockey, que é um movimento que lutou por mais de trinta anos para que essa área, uma área que era de treinamento no Butantã para os cavaleiros do Jockey Club, fosse direcionada para uma área de parque, uma área de proteção ambiental. E por muito tempo tivemos de brigar com muitas iniciativas do setor imobiliário, das incorporadoras que, por várias vezes, tentaram adquirir esse espaço, que era um espaço cheio de dívidas. O entendimento da comunidade, um espaço público já, porque dívidas milionárias de IPTU e de outros impostos. E não foi simples transformar essa área numa área pública, num parque público.

Então, a pressão do setor imobiliário, a pressão das construtoras é muito grande. E na linha do que o Ivan estava apontando, são muitas as áreas verdes na cidade de São Paulo que estão sob risco. Muitas áreas que, inclusive, são consideradas pelo Plano Diretor áreas a serem preservadas, áreas que devem ser direcionadas para a constituição de parques. Nesse período recente vemos ações da Prefeitura de relativizar essa condição de áreas verdes

preservadas. E, inclusive, a relativização da condição de bem público e patrimônio público dos parques. O projeto de concessão que foi apresentado, em 2017, pelo Governo Doria, é um projeto que tinha como intenção a comercialização do espaço, a exploração comercial no grau mais alto. Não só na Chácara do Jockey, o pessoal que acompanha, o Parque do Ibirapuera, mais outros militantes ativistas, combatemos desde o primeiro momento esse modelo de concessão. Esse modelo de concessão vem se expandindo para os parques estaduais e é algo que tem de ser combatido.

Então, estou trazendo também essa preocupação sobre as concessões, porque outras áreas que precisam e estão no horizonte para serem transformadas em parques públicos já nascem com esse olhar, com esse interesse privado de comercializar essas áreas. Então, é outra preocupação que devemos ter, não só na expansão da criação de novos parques, mas também na gestão dos parques existentes.

Acho que uma questão importante é a Prefeitura cada vez mais ouvir a sociedade civil. Incorporar na discussão sobre a criação de parques e proteção de áreas verdes a sociedade civil. Vimos brigando nos três últimos anos para o aumento do orçamento da Secretaria do Verde, então, o Ivan colocou que do ano passado para este dobrou o orçamento da Secretaria, saiu de 0,3% para 0,5%. Há um aumento importante, mas é um aumento insignificante diante das necessidades e das urgências que a Cidade tem de enfrentar.

Então, defendemos um aumento do orçamento para 1% do orçamento da Cidade. A última vez que isso aconteceu foi em 2010, o Secretário do Verde era o Eduardo Jorge. E mesmo assim é um valor pequeno diante do que temos aí de demandas e urgências para a Cidade. Precisamos avançar também no aumento desse orçamento, para que a Secretaria do Verde que também sofreu no tempo o processo de desmonte possa ser recolocada no seu lugar de gestora da política pública de meio ambiente. Que possa, de verdade, ser um agente importante na gestão das áreas verdes e da criação de parques, coisa que hoje não tem condição de fazer. É uma Secretaria que está fragilizada e que não só defendemos o fortalecimento dela, mas também dos técnicos e do corpo técnico que atua na Secretaria do Verde.

Então, hoje venho aqui contribuir e somar força com a urgência da criação de novos parques, com o aumento da velocidade, então o Plano de Metas do Governo Bruno Covas apresentou a criação de novos oito parques durante a Gestão Bruno Covas/Ricardo Nunes. Isso é pífio diante do que está previsto no Plano Diretor, criação de 167, nessa toada nem em vinte anos vamos criar o que está previsto no Plano Diretor.

Então, é isso. Acho que temos uma série de contradições, uma série de urgências. E o que é mais importante, temos um interesse cada vez maior e uma ação cada vez maior do setor imobiliário sobre as áreas verdes da cidade de São Paulo que estão em risco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Francisco. O próximo a se pronunciar será o Vereador Gilberto Natalini que, inclusive, faz aniversário hoje.

O SR. GILBERTO NATALINI – Muito boa noite. Boa noite, Vereador Toninho Vespoli.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Parabéns, Natalini.

O SR. GILBERTO NATALINI – Muito obrigado, obrigado mesmo, 70 estou fazendo, 70 bem vividos. Eu tenho a pretensão, Toninho, de estar na metade da vida, então, chegar lá nos 140, não sei se eu vou conseguir, mas é uma meta de vida.

Boa noite a todos, a todas, obrigado pela palavra. Eu fiz questão de vir, fui convidado pelo Vereador Toninho Vespoli e pelo seu assessor, para estar presente, e esse é um assunto muito caro porque, durante muito tempo, tenho me dedicado a essa questão da luta por tornar São Paulo mais sustentável. E a presença de áreas verdes, a presença de parques, na cidade de São Paulo, faz parte desse cardápio da sustentabilidade. É claro que o cardápio é muito maior do que esse, mas a questão das áreas verdes está no centro da preocupação, e eu acho que as administrações da Cidade devem na praça. Com todo o respeito. Não estou fazendo discurso de A, de B ou C, não estou mais a fim de fazer esse tipo de polêmica de partidos, e tal, mas estou mesmo expondo a realidade.

Em 2004, São Paulo tinha 36 parques. Durante oito anos, o Sr. Eduardo Jorge foi

Secretário e elevou para cem parques. Depois que ele saiu, em 2012, até hoje, São Paulo deve ter 107 ou 108 parques, porque não chega a dez o número de parques novos na Cidade. O nobre Vereador Toninho Vespoli e os outros Vereadores são testemunha do quanto eu sempre briguei muito por isso na Câmara, porque eu achava uma afronta o orçamento da Secretaria do Verde ser 0,33% do orçamento do Município. Eu achava isso um absurdo total. E me parece que, para este ano, deu uma melhorada no orçamento. Eu tive essa informação e, por favor, vocês me confirmem depois. O orçamento aumentou para 1%, como já foi em 2012. Ainda é pouco, mas é melhor do que 0,33%.

Isso significa que, politicamente, a cidade de São Paulo, a Administração, não dá a importância devida à questão ambiental. É um detalhe no fundo do baú para o administrador, porque onde não se coloca dinheiro é porque não é para ser feito. Então, a Secretaria do Verde tem sofrido muito do ponto de vista financeiro e o recurso que ela tem para cuidar dos parques, das áreas verdes e fazer o que tem de ser feito, é pífio. Vamos falar a verdade, gente: uma Cidade com um orçamento de R\$ 65 bilhões colocar no orçamento do Verde R\$ 300 milhões, é brincadeira, é brincadeira. Essa é a primeira questão.

Outra coisa é que nós temos inimigo do verde em São Paulo, não é só o problema de não dar prioridade. São inimigos de verdade. Eu divido os inimigos do verde em duas partes: primeiro, o inimigo que pertence ao crime organizado, porque o que o crime organizado fez com as áreas de matas da cidade de São Paulo é crime contra a humanidade. O cálculo, hoje, é de cerca de 3 milhões de árvores jogadas no chão nas matas remanescentes, em particular, nas áreas de mananciais de São Paulo, onde tem as quadrilhas de crime organizado.

A Prefeitura agora criou a Seclima, e ela tem feito alguns desfazimentos, tem feito algumas operações dentro da Operação Defesa das Águas. Mas as árvores já foram para o chão. Então o que a gente poderia ter para transformar em parques, parques naturais, foram para o chão, e botaram condomínios de casa em cima das áreas verdes que a gente tinha, do pouco que restou da Mata Atlântica em São Paulo. Outro adversário que a gente tem dos parques e das áreas verdes são as incorporações imobiliárias. E aí é um adversário, um inimigo mais

refinado, mas eles destroem também.

Só essa semana que passou eu recebi duas denúncias, dois pedidos. Um foi na região do Bexiga, uma área que tem lá com duas nascentes, uma área de mata que estava sendo jogada no chão pelo dono do terreno, que queria fazer naquele barranco “inconstruível” uma incorporação imobiliária. E o outro pedido que recebi foi da região de Itaquera, também uma área grande, que a mata foi toda para o chão porque querem fazer galpões etc. e tal.

Então o ataque contra as áreas verdes e contra os parques, os possíveis parques que poderiam sair, é muito grande. E o Poder Público não se impõe para proteger. Muitas vezes, pelo contrário, o Poder Público licencia essa destruição, dá ordem para que eles façam. E eles têm um papelzinho na mão lá que a Prefeitura deu para derrubar. No Bixiga, o cara apresentou um papelzinho lá. Entendeu? E para o caso de Itaquera a gente pede daqui, dali, e não tem uma ação concreta e objetiva. Depois que a mata foi para o chão, que as árvores... Replantar demora trinta, quarenta anos para voltar a viver aquela mata. Então, o que podíamos transformar em parques, nós estamos perdendo para esses dois inimigos.

Enfim: os parques que estão nos projetos para serem feitos... Que me perdoem, o Parque dos Búfalos faz vinte anos. Lá tem uma sociedade organizada, uma juventude, está o Wesley lá, uma turma grande de pessoas que estão lá brigando. Eles mesmos tomam conta do parque. O parque foi cercado e não é implantado. Fica lá no Jardim Apurá, na região de Pedreira. Ou o próprio Parque Orlando Villas-Bôas, que foi fechado, indevidamente, por uma acusação de ter uma poluição dentro do parque. E a poluição não é dentro do parque, é numa área fora do parque, não incomoda o parque. Acho que faz cinco anos que o parque foi fechado por uma liminar da Justiça, que caiu. E, segundo me disseram, vai ser reaberto em agosto. Mas está demorando demais para devolver o parque para o Lapa, para a região da Vila Leopoldina.

Eu não vou me alongar, eu vou encerrar, mas há outros parques que estamos esperando. Alguém falou que há oito para serem inaugurados. E nós precisamos inaugurar trinta num prazo rápido.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Eu acho que o Natalini caiu.

(Pausa).

O SR. GILBERTO NATALINI – Eu estou terminando, Vereador Toninho Vespoli. Eu estou nessa luta com vocês, com todo mundo. Eu sei que tem muita gente que defende os parques. E você, Toninho, aí na Câmara Municipal, tem sido um aliado importante dessa nossa batalha. Você tem sido um continuador de tudo aquilo que nós fizemos durante tantos anos. Eu agradeço muito a sua dedicação. E também agradeço a sociedade civil que está aqui, as lideranças, tudo. Nós temos que nos organizar mais e ter uma massa crítica maior para cobrar da Prefeitura, para que ela possa olhar para a questão do verde na cidade de São Paulo, manter os parques que existem e criar muitos outros parques em São Paulo.

Muito obrigado pela oportunidade de falar com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Natalini. Você deixou um legado que é muito importante para a preservação do verde e do meio ambiente. A cidade de São Paulo agradece o seu empenho.

Antes de passar ao Poder Público, o Vereador Suplicy está pedindo a palavra para falar nesse momento. E se a Covereadora Natália também quiser falar, ela pode se inscrever, para sabermos o momento que ela achar mais apropriado. Com a palavra, Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Parabéns, Vereador Toninho Vespoli pela iniciativa desta audiência sobre os parques em São Paulo; quero, também, cumprimentar o caro Vereador Gilberto Natalini porque ele tem tido uma batalha formidável em defesa do verde e do meio ambiente e, sobretudo, eu o apoiei e muitos Vereadores apoiaram a sua iniciativa de se criar o Parque do Bixiga. Eis que esse projeto foi aprovado, ainda o Gilberto era Vereador nesta Casa, por larga maioria. Acho que só dois ou três Vereadores votaram contrariamente, e, durante o tempo em que o Vereador Bruno Covas estava de licença médica, num final de semana, infelizmente, o Vereador que era o Presidente da Casa, que, por dois ou três dias foi Prefeito, resolveu vetar o projeto aprovado por larga maioria.

Eu, então, avaliei que era necessário reapresentar o projeto de criação do Parque Bixiga. Inclusive, numa reunião articulada aqui, sem grande debate, foi dado parecer contrário,

por maioria de votos – pequena maioria de quatro a três na Comissão de Constituição e Justiça.

Então, eu resolvi reapresentar o projeto e não apenas isso: eu quero até convidar o ex-Vereador colega nosso e entusiasta da proposição, autor original da mesma, porque eu apresentei um novo projeto para a criação do Parque do Rio Bixiga, conforme José Celso Martinez Correa avaliou que seria até mais adequado, levando em conta a história do Rio Bixiga na Bela Vista, no Bixiga.

E, então, quero informar ao nosso querido Gilberto Natalini que, felizmente, as Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças; de Política Urbana e de Educação, Cultura e Esporte, as quatro Comissões, na semana passada, aprovaram requerimentos para a realização de uma audiência conjunta das quatro Comissões sobre o Projeto de Lei que cria o Parque do Rio Bixiga. E nós estamos convidando para esta reunião José Celso Martinez Corrêa, arquiteta Marília Gallmeister que é uma das autoras do Parque do Rio Bixiga, Fernanda Montenegro, diversos artistas, como o Odilon Wagner, que está fazendo a peça – muito bem-feita, que recomendo a todos – sobre a história de *A Última Sessão de Sigmund Freud*, recomendo que assistam. E muitos outros artistas e atores, também, representantes da comunidade do Bixiga, da Bela Vista, como o Pároco da Igreja Nossa Senhora Achirópita, que organiza todo ano a Igreja Nossa Senhora da Achirópita – muito obrigado por me lembrar – e outras. Inclusive, a Carmen Silvia, da Ocupação 9 de Julho, que também abrange, e eu queria dizer que essa será uma oportunidade formidável.

O Parque Augusta foi um êxito de iniciativa tanto de Bruno Covas quanto do Prefeito atual, Ricardo Nunes que o inaugurou, e está tendo um sucesso muito grande. Mas certamente o Parque Augusta não contempla a necessidade de parques nessa região da Cidade.

Queria transmitir ao Gilberto Natalini que convidamos, inclusive, Silvio Santos para estar presente nessa audiência. De maneira que poderá vir, inclusive com outras pessoas que, porventura, desejem aqui comentar, argumentar. Na última reunião em que se debateu esse assunto, o Vereador Rubinho chegou a afirmar: ah, estou preocupado porque isso poderá ser uma ação contra a propriedade privada. E eu fiz uma visita ao Vereador Rubinho esclarecendo

que, de maneira nenhuma. Assim como lá no Parque Augusta – e o Gilberto Natalini muito participou disso – a empresa incorporadora, a construtora que lá queria construir um prédio, teve da parte da Prefeitura a oferta de uma outra área para que pudesse construir um edifício, e da mesma maneira, Silvio Santos e seus sócios que tem uma empreendedora de edifícios, eles gostariam de construir três torres em torno do Teatro Oficina, e isso foi objeto de decisão na Justiça, proibindo tanto a Prefeitura quanto o Grupo Silvio Santos de lá construírem esses edifícios porque iria ofender a preservação histórica do município de São Paulo e daquela região.

A audiência está para ser marcada num dia de abril. Então, querido Gilberto Natalini, você é convidado para estar presente. Eu não sou membro desta Comissão, quem vai convidar então é o Toninho Vespoli, mas eu, como autor do requerimento, quero colocar seu nome dentre os convidados dessa audiência pública que terá, acredito, grande relevância. Até pediria ao Toninho para passar a palavra para o Gilberto Natalini para ver se pode complementar o que eu falei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Muito obrigado, Suplicy. Agora nós vamos ouvir o Governo. Podemos começar com o José Armênio de Brito Cruz, Secretário Adjunto da SMUL.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Boa tarde, pessoal. Eu cumprimento todos os Vereadores na figura do aniversariante Gilberto Natalini, e do idealizador desta audiência, Vereador Toninho Vespoli. Boa tarde a todos vocês, é um prazer estar aqui com vocês para discutir essa questão que é muito importante, cada vez mais importante na cidade de São Paulo, que é com relação à cobertura verde e a nossa relação com os recursos naturais.

Sou Secretário Adjunto de SMUL, a nossa Secretaria é de regulação do desenvolvimento urbano e procura, na verdade, implantar as leis que a Câmara Municipal de São Paulo aprova e que definiu, no último Plano Diretor de 2014, os parques existentes, planejados e em implantação na cidade de São Paulo.

Estou aqui com a Flávia, que é nossa assessora da Secretaria, que também entende

bastante do Plano Diretor. Como não sabíamos exatamente qual seria o enfoque de vocês, a nossa ideia é, na verdade, ouvi-los. Nós estamos num momento de revisão do Plano Diretor e, inclusive, essas questões, a mudança de abordagem climática pode e deve afetar a revisão do Plano Diretor. É uma questão, é uma pauta bastante importante, inclusive o Prefeito abriu uma Secretaria, que já foi citada, a Secretaria de Mudanças Climáticas, que é foco de atenção do Prefeito.

Então, dentro desse conceito que os senhores conhecem muito bem, no Plano Diretor a implantação de parques eu acompanho porque participo como membro do conselho do Fundurb, do FMSAI, e vejo o esforço do Verde que teve, como o Natalini mencionou, o seu orçamento majorado na última aprovação para 1,38% do orçamento, que poderia ser maior, mas aí são as medições das prioridades. Quer dizer, o passivo social – e os Vereadores têm consciência disso – do desenvolvimento urbano nas últimas cinco ou seis décadas, é objeto de estudo nosso, de nós, os arquitetos, e é também uma preocupação da Secretaria, particularmente do Secretário Marcos Gadelho, que é arquiteto também, que está aqui há sessenta dias, mas já imprimindo um ritmo na Secretaria bastante efetivo no cumprimento da nossa hipótese, que é regular o desenvolvimento urbano da Cidade no sentido sustentável, que é o que o Prefeito define. Assim o Sr. Prefeito sinaliza na hora em que abre uma Secretaria de Mudanças Climáticas, na hora em que nos orienta para justamente potencializar todos os recursos que podemos mobilizar para viabilização de parques e de cobertura verde, para uma melhor relação com o meio ambiente.

Eu quero citar que os projetos desenvolvidos aqui na Secretaria, principalmente os PIUs que estão em aprovação na Câmara, todos têm previsão de parques e inclusive captação de recursos para parques. E o entendimento com relação ao desenvolvimento urbano, e a construção da Cidade pelo poder privado, é justamente entender esse mercado de desenvolvimento urbano enquanto parceiro que ajuda a financiar. Estudos recentes sinalizam a importância das parcerias com o poder privado para que nós consigamos enfrentar esse passivo social das últimas cinco ou seis décadas, que está sinalizado com a falta de habitação, está

sinalizado no descaso ao meio ambiente, está sinalizado nas condições de saúde, educação. E o nosso trabalho tem sido buscar otimização e potencialização desses recursos para cumprimento desses objetivos de melhoria da condição de vida na nossa Cidade. O Quadro 7, sinalizado no Plano Diretor, e não me lembro agora o artigo... É o artigo 126, a Flavinha está me sinalizando, ele aventa a possibilidade de direcionar recursos da transferência do direito de construir para a viabilização de parques.

O Vereador Eduardo Suplicy mencionou o exemplo do Parque Augusta que, de fato, é um sucesso. É um exemplo pequeno, mas que a gente tem de ir construindo com os passos que a gente consegue.

Eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Vereadores que a importância do Parque Augusta é que, além da execução, cuja responsabilidade é do Executivo não está só na execução de um belo parque, mas também na sua manutenção. Na hora que a gente pensa no parque que é um desafio que se enfrenta no seu dia a dia de ter recurso não só para fazer o parque, mas também para mantê-lo.

O que foi citado em alguns casos eu preciso mencionar, as concessões feitas de parques, na cidade de São Paulo, têm o objetivo de garantir ao menor custo para a Administração, a manutenção dos parques. Que esse parque esteja de forma pública, republicana, disponível para a população na melhor maneira, no melhor padrão que a Cidade poderia apresentar.

No nível de planejamento, a gente busca potencializar os recursos para viabilização desses parques e da recuperação para sustentabilidade da Cidade. Eu pediria a vocês que observassem os PIUs desenvolvidos aqui pela Secretaria, nos últimos anos. Eu coordenei aproximadamente mais de uma dezena de PIUs apresentados, alguns estão na Câmara, todos têm um enfoque ambiental bastante importante.

No convite para esta audiência, foram citados alguns parques que eu vou me referir. Um deles é o chamado Parque da Mooca, acho que vocês já devem ter notícias, mas a título de informação, no dia 24 de março, ou seja, na semana passada, há quatro dias, o Prefeito aceitou

a doação via TDC – Transferência do Direito de Construir, para viabilização desse parque que é numa região importantíssima na Cidade, que demanda parque, que será objeto de desenvolvimento urbano a partir da aprovação, por esta Câmara, da Operação Urbana Bairros do Tamanduateí. É um desenvolvimento urbano novo para a Cidade, com a determinação do Prefeito de já viabilizar a doação desse parque nessa região, já sinaliza um novo desenvolvimento urbano para essa região da Cidade.

Outro parque citado, é o da Vila Ema, está em tramitação, é o nº 6068/2019-0002951. Já houve manifestação favorável da Secretaria do Verde em receber o parque. Foram apresentados alguns custos de implantação e também da sua manutenção como é objeto de todas essas decisões. A gente tem não só começar, mas começar e fazer ele viver adiante.

Esse parque, é importante citar, é uma zona Zepam. Os parques que podem receber os recursos de TDC eles têm de estar na zona urbana, em Zepam, 147, para viabilização dessa transferência de recursos.

Os outros parques, como o Parque da Fonte, no Butantã, perto da Corifeu, não têm processo ainda. Ele teve um indeferimento em 2019, ele entrou em 2017, está em processo de discussão aqui dentro.

O último que vocês haviam citado, que é o Parque dos Búfalos, não cabe nesse caso de Transferência de Direito de Construir, porque ele está na macrozona ambiental, ou seja, ele não está na macrozona. Também, pelo controle nosso aqui, podemos estar enganados, mas eu e a Flávia conferimos no MDC ele já é uma área pública. Não aplicaria TDC, isso tem de vir recurso de outro lado.

Eu acompanho, como citei no começo, existe um esforço do Fundurb e do FMSAI também de viabilização de investimento em parques. Eu não tenho a lista total da Secretaria do Verde, mas a gente poderia levantar e mostrar para vocês, em qualquer comunicação a gente pode apresentar, esse investimento na cobertura verde da Cidade. Procuramos responder, a partir do convite que foi nomeado, quer dizer, a preocupação de uma recuperação ambiental da Cidade, não só com relação aos parques, mas com relação às águas, à permeabilidade é uma

preocupação em todos os nossos projetos aqui dentro.

Nós estamos aqui na coordenação do Secretário Marcos Gadelho, prontos a mostrar para vocês e ouvi-los também, porque a gente pode melhorar os nossos projetos. A Câmara costuma contribuir bastante com os projetos desenvolvidos aqui. Entendam, nós não somos uma Secretaria executora, nós somos uma Secretaria que viabiliza, que faz o planejamento e procura viabilizar recursos para a execução, por parte da Secretaria do Verde, particularmente, desses parques.

Temos uma grande interação intersecretarial. É essa a orientação que o Secretário Marcos tem nos dado. No momento importante que nós estamos, ainda mais com esse relacionamento constante com a Câmara para a gente tentar construir e viabilizar a execução e a manutenção do maior número de parques possível na cidade de São Paulo.

Eu estou à disposição de vocês. Hoje, eu e a Flávia, temos de sair dentro de vinte minutos, temos compromisso às 20hs, mas estaremos aqui, continuando a ouvir as sugestões de vocês e prontos para o que pudermos melhorar no desenvolvimento dos nossos projetos. Ainda mais neste momento de revisão do Plano Diretor, é o momento de recebermos as contribuições. Natalini, Ivan Mario, Suplicy, Toninho Vespoli, o que a gente puder melhorar aqui é o nosso compromisso.

Muito obrigado pela atenção de vocês. Continuamos mais vinte minutos aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado Secretário.

Como só tem vinte minutos da presença de vocês, se não seria melhor antes de ouvir as outras duas secretarias, já abrir para algumas pessoas, assim o Secretário ouvirá a sociedade civil. Sendo assim, gostaria de chamar o Fernando Salvio, de Viva o Parque Vila Ema. Eu observei que nós temos cinquenta inscritos, se todos falarem três minutos, dará 150 minutos, duas horas e meia. Penso em dar dois minutos para cada orador. Tudo bem?

O SR. FERNANDO SALVIO – Tenho dois minutos?

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Pode ser, Fernando?

O SR. FERNANDO SALVIO – Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado.

O SR. FERNANDO SALVIO – Sou representante do Movimento do Parque Vila Ema, a gente está aí há doze anos. Eu tenho 40, estou há um quarto da minha vida lutando por esse parque, junto com a população. Fico feliz que o Secretário disse aí que já está finalizando. Estamos na espera, com a população lutando por esse parque. A gente tem também na região as Linhas Corrente, a Fazenda da Juta, são parques que estamos na espera.

Vila Prudente, Vila Ema, Sapopemba, Aricanduva, nós estamos nesse meio que são as áreas com menos verde. Está tendo muito adensamento por causa da chegada do monotrilho. Então, qualquer jardinzinho é prédio, agora. Há uma área da Eletropaulo, que tinha uma grande área verde, ao lado da Subprefeitura da Vila Prudente. Passaram a ser assim e é isso, aí.

Acho que não vou me estender. Vou dar espaço para muita gente falar. Acho que são muitos parques. Eu parablenizo todos que estão nessa luta há tantos anos. Eu vejo algumas pessoas que até conheço, aqui. Agradeço ao Vereador Professor Toninho Vespoli e a todos que estão organizando, como o Natalini, que fez tanto por nós e por toda a Cidade. Não temos *glamour*, aqui, na zona Leste. Não temos atores para defender, mas há gente muito engajada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – O próximo orador é o Sr. Thiago Santos Moliani, do Vigia Verde.

O SR. THIAGO SANTOS MOLIANI – Boa noite, gente. Sou Thiago. Sou Conselheiro do Cades Mooca. Estou aqui representando o Vigia Verde.

Sobre o parque e a área de doação de que o Armênio falou, há vinte anos a Mooca luta por esta área, que era uma refinaria, para se tornar um parque. Ótimo. Foi aprovado, agora, no dia 23 ou 24, a questão do aceite da doação, mas a população não foi ouvida até agora. Não sabemos qual é a questão da transferência de potencial construtivo, o impacto da região. Ninguém nem sabia dessa possibilidade de doação.

Ou seja, vai haver um projeto “disco voador”, que vai surgir ali, provavelmente

atendendo à especulação imobiliária, porque a construtora vai construir nos outros 50%. Vai ser o quê? Um jardim, por acaso, deles? Então, é fundamental que comecemos a trabalhar e ouçamos os vinte anos de luta do entorno. Nós não podemos deixar na mão, somente, de uma construtora e do Poder Executivo decidir o que vai ser feito no local por tanto tempo reivindicado. É fundamental que seja pensada uma questão no Conselho Gestor para a implantação do parque, para entender o que é que a sociedade no entorno sempre pediu.

Indo um pouquinho além, talvez eu passe os dois minutos. Temos um terreno, Junto ao IAPI. É uma Zepam que já possuía quadras. É um local que foi utilizado por festas durante muitos anos. É um local tombado que data das décadas de 1940 e 1950. Hoje em dia, essa Zepam tem sido sistematicamente destruída. A sua massa arbórea, já registrada, tem sido removida frequentemente e um terreno vendido dez anos atrás está lá, parado, sendo destruído, descaracterizado. Não possui mais importância. Por quê? Porque fecharam. A população que sempre utilizou, sempre cuidou do local, que tem, assim, a característica ambiental já comprovada por lei, está ali, ao deus-dará, em prol de uma possível especulação imobiliária que insiste em derrubar árvores a cada três a seis meses.

Não temos de cuidar somente desses novos locais que vão surgir. Esse Parque da Mooca é muito bem-vindo, ouvindo a população, mas temos de pensar em locais que já existem, historicamente funcionais para a sociedade. Eles já têm uma função social. Nós não podemos perder essa característica somente por uma questão burocrática, porque não estava lá, traçado por... (Falha na transmissão. Registro prejudicado.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Sr. Thiago, conclua, por favor.

O SR. THIAGO SANTOS MOLIANI – Gente, muito obrigado. Desculpem por me estender por dois minutinhos. Acabei.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sr. Thiago. A próxima oradora é a Sra. Ana Aragão, do Movimento Parque Linear Caxingui.

A SRA. ANA ARAGÃO – Boa noite a todos. Por favor, eu gostaria de perguntar ao Secretário o seguinte: o Parque Linear Caxingui está localizado em uma área dentro do Plano

Municipal de Preservação da Mata Atlântica. É uma região produtora de água. Como é que não conseguimos, até este momento, implantá-lo? Eu gostaria de saber se o senhor tem alguma posição, porque nós estamos brigando há pelo menos dez anos sobre esse parque. Por gentileza... No Caxingui, Butantã...

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Eu acho que poderíamos fazer o seguinte: pode haver mais alguma pergunta. Aí, eu vou deixar, antes de o Secretário ir embora, que ele responda. Está bem?

A próxima oradora é a Sra. Cecília – ou o Sr. Dinho –, do Parque da Fonte. (Pausa).
Está presente? O áudio está desligado.

A SRA. ANA ARAGÃO – Posso aproveitar e complementar minha fala, já que está demorando?

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – A senhora não usou os dois minutos, Sra. Ana. Pode, então, complementá-la.

A SRA. ANA ARAGÃO – Quero complementar minha fala, dizendo que o Parque Linear Caxingui, dentro da área do Plano Municipal de Conservação e Reparação da Mata Atlântica, recebeu uma autorização bastante questionável, para construir cinco prédios, cinco torres, cada uma delas com 25 andares. É uma autorização amplamente questionável. Nós estamos há anos brigando no Ministério Público, pedindo, pelo amor de Deus, para que a Prefeitura nos acolha, nos atenda, nos ajude, para implantar o parque.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sra. Ana. A Sra. Cecília está conseguindo falar?

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Vereador Professor Toninho Vespoli, está me ouvindo? Eu respondo agora?

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Secretário, vamos só escutar a Sra. Cecília. Depois, eu passo a palavra a V.Exa.

A SRA. CECÍLIA PELLEGRINI – Olá, Sr. Secretário. O senhor falou que em 2017 foi a última vez em que a Secretaria, a SMUL, teve informações a respeito do Parque da Fonte.

Eu quero atualizá-lo, informando que o processo de desapropriação já autorizou a imissão da Prefeitura na posse e a única pendência é que um morador receba o aluguel social para sair do local e a Prefeitura seja imitada na posse. Então, muita água já rolou depois de 2017 – ou será que eu não entendi muito bem o que o senhor falou?

É só isso. Passo a palavra.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Posso falar, Vereador Professor Toninho Vespoli?

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Fique à vontade, Secretário.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Então, vou começar de trás para diante.

Primeiramente, do Parque da Fonte, como é que você se chama? Desculpe.

A SRA. CECÍLIA PELLEGRINI – Eu me chamo Cecília Pellegrini.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Cecília, desculpe. Não estava aparecendo na tela o seu nome. Então, Cecília, o processo a que eu estava me referindo era o processo de transferência de direito de construir, para tentar viabilizar o parque – esse, a que eu estava me referindo, que aconteceu em 2019 e tal. A entrada desse processo foi em 2017. Foi isso o que eu mencionei. Não é que eu falei que a última informação era de 2017. O processo, aqui, na Secretaria, de que temos notícia, é de que ele teve um deferimento em 2019, com o objetivo de tentar viabilizar essa transferência de direito de construir. Para quê? Para viabilizar recursos para o parque.

A desapropriação não é conosco, aqui.

A SRA. CECÍLIA PELLEGRINI – Com licença. Posso só completar essa informação?

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Por favor.

A SRA. CECÍLIA PELLEGRINI – Não faltam recursos para a implantação desse parque e já foi definido: não queremos transferência de potencial construtivo. A Prefeitura já pagou o que devia. A juíza já autorizou a imissão da Prefeitura na posse. Não falta dinheiro. Não é isso o que está faltando.

A SRA FLÁVIA – Com licença. Só para complementar, aqui, o que estávamos

falando, na fala do José Armênio, estávamos falando sobre a situação do uso da transferência do direito de construir para esses quatro parques. Então, estávamos falando, especificamente, da TDC, dizendo que, para esse caso, a TDC não foi utilizada, lembrando que os processos de desapropriação não correm aqui, dentro da SMUL. É por isso que não falamos sobre eles. Então, estávamos falando, especificamente, da TDC, nesse caso. Está bem?

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Esse processo de que você falou, Cecília, até está lá, na CGPatri, que é quem cuida disso, aí. Se você quiser, a gente pode até buscar essa informação com a Coordenadora e tal, mas não é a isso que nós estávamos nos referindo.

Com relação ao Parque da Mooca, que foi citado, esse parque estava definido no Plano Diretor – e, inclusive, a área dele, também. O Thiago quem falou. A gente segue a definição do Plano Diretor que recebemos como aprovado pela Câmara e estamos tentando viabilizar esse parque a partir da transferência do direito de construção.

A questão do Parque Linear do Caxangui, ele está como planejamento no Quadro 7 também. Ele não tem nenhum processo aqui dentro Secretaria para tentar viabilizar TDC para esse parque...

A SRA. ANA ARAGÃO – Precisamos que a Secretaria reconheça que a autorização para construção foi ilegal, irregular e que nos permita colocar em algum planejamento, em algum momento, a recuperação de uma área que está dentro do Plano Municipal de Preservação da Mata Atlântica. Essa autorização foi irregular. Só precisamos disso...

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Entendi Ana. Só estou dizendo o seguinte: Esse parque está previsto no Plano Diretor, no Quadro 7. Vou verificar aqui essa ilegalidade que você mencionou. Não conheço essa ilegalidade...

A SRA. ANA ARAGÃO – Até porque a Secretaria do Verde não recomendou uma construção de prédios naquele local. Ele interfere no parque linear. Ele está em cima do Parque Linear Caxingui. Não pode...

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Vamos verificar. Não sei ao que você

está se referindo, mas a partir da sua colocação, vou me informar para saber, exatamente, o que está lá. Posso dizer que os projetos aprovados aqui são aprovados dentro do rigor da lei. Não existe projeto aprovado. Se foi aprovado alguma coisa deve ter sido aprovado em algum terreno que não é Zepam. Não vou afirmar aqui, porque não conheço. Ana, desculpa não tenho informação agora para contrapor ou para informar você, o que de fato está acontecendo lá.

A SRA. ANA ARAGÃO – Agradeço demais o senhor. Muito obrigada. Só quero complementar uma informação. Ele foi aprovado no dia 31 de dezembro. Obviamente, a Secretaria deveria estar fechada nesse dia. Se o senhor for olhar nos autos...

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Qual ano?

A SRA. ANA ARAGÃO – O Plano Diretor foi promulgado em 2015? Foi em 2014...

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Foi antes do Plano Diretor de 2014?

A SRA. ANA ARAGÃO – Sim. Foi antes...

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Vamos juntos tentar descobrir o que está acontecendo lá...

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Sr.Secretário, como V.Exa. não tem essa informação nesse momento, sugiro que façamos uma ofício de informação aqui pela CCJ, para que os senhores tenham esse tempo para se informar e responder.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Nem precisa. Estamos tomando isso como tarefa dada. Vou atrás. Eu, também, fiquei curioso para saber o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Responderiam, no caso, para a CCJ?

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Isso. A gente localiza e responde o que está acontecendo lá. Eu posso dizer, pelo tempo que passei aqui na Secretaria que estou no segundo ano e o tempo que passei na São Paulo Urbanismo, nesses anos não vi ilegalidade acontecendo aqui. Mas vou atrás disso que a colega Ana está falando.

A SRA. ANA ARAGÃO – Muito obrigada. Agradeço muito. Se senhor se interessar pelo assunto. Agradecemos muito. Eu e toda comunidade do Caxingui.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Falo em meu nome, e em nome do Marcos Gadelho, estamos interessados. Vamos atrás para ver o que está acontecendo. Pode ficar tranquila.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Muito obrigado, Sr. Secretário...

SRA. CECÍLIA PELLEGRINI – Tem o Parque da Fonte, também, Sr. Secretário. Se o senhor puder nos dar uma resposta, será muito bem vinda...

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – O Parque da Fonte, da desapropriação, nós vamos atrás...

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Sr. Secretário vou passar a palavra agora para o Vinicius da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, acredito que ele poderia passar o informe de como está o Parque da Fonte. Estive lá conversando com Ravena, Chefe de Gabinete, e ele acabou falando essas questões que a Cecília mencionou, porque ela também estava na reunião. Só não entregou a posse do terreno para a Prefeitura, – o problema não é dinheiro – é porque tem um morador lá e a juíza determinou, que só irá dar a posse para a prefeitura, quando ela conseguir dar algum tipo de moradia ou possibilidade de moradia para essa pessoa que está lá.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Peço desculpas, nobre Vereador Toninho Vespoli, eu preciso mesmo sair, como havia falado, eu e a Flávia, de um compromisso que temos agora fora da Secretaria, para tentar atender outra demanda. Mas, o que poderíamos, por esse momento colocar, não gostaria que os senhores pudessem achar que não estou atendendo a demanda dos senhores, de fato temos esse compromisso fora. Mas continuo à disposição para qualquer esclarecimento conforme nos colocamos aqui. De fato temos esse compromisso marcado e temos que fazer o traslado para outro lugar.

A SRA. FLÁVIA – Saímos com a tarefa de dar um retorno à CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Muito obrigado!

Próximo orador, representando a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Sr.

Vinicius de Souza Almeida, Diretor da Divisão de Gestão de Parques Urbanos.

O SR. VINICIUS DE SOUZA ALMEIDA – Boa noite a todos! Srs. Vereadores, colegas da sociedade civil que são muito importantes pela causa dos parques das áreas verdes da nossa cidade São Paulo. Uma luta que travamos juntos aqui todos nós, em diferentes frentes. Alguns pela frente legislativa, outros pela sociedade civil e outros estão como pelo poder público, mais fazem parte desse mesmo movimento.

Historicamente falando a implantação de parques, sempre teve uma relação muito forte com a pressão da sociedade civil. A maior parte dos parques implantados no mundo inteiro em áreas urbanas, são resultados dessas lutas que ocorrem de uma maneira muito relativa. Diria, inclusive, que maior parte dos parques acabam atendendo os interesses das classes mais altas, porque elas têm um poder de organização geralmente maior, de influência maior, por isso que, historicamente, os parques acabam atendendo mais as demandas dessa classe da população. Muito foi falado da implantação de parques. Em 1992 eram 32 parques. Hoje falamos que oito parques estão num ritmo lento pela demanda que existe na cidade. Entre 1992 e 2004, foi apenas um parque implantado. E um marco que foi citado aqui várias vezes, acho que é um grande referencial foi o Programa 100 Parques para São Paulo. Inclusive são programas de extrema relevância de impacto positivo muito grande na cidade. Teve um protagonismo aí muito forte na gestão do Eduardo Jorge. E o resultado também do Plano Diretor Estratégico lá de 2002. Foi uma construção histórica de muita luta. Não é um programa que eu quero fazer uma crítica, mas na verdade trazer uma reflexão, de coisas que a gente precisa pensar e levar em consideração. Por exemplo, um segredo para esse plano, uma coisa que precisa ser repetida na Cidade, é a importância desse esforço intersetorial. Por exemplo: a imensa maioria das obras desses parques não foram tocados pela Secretaria do Verde. A imensa maioria dos parques foram implantados pelas subprefeituras nas diferentes regiões da cidade de São Paulo, expandiu para toda a cidade. Muitos parques foram implantados pela Sehab, muitas vezes, a Secretaria do Verde atuou numa função talvez de coordenadora, acompanhadora de propostas, mas não foi ela em si que implantou a maioria dos parques. Inclusive a maioria talvez desses parques

tinha até uma tipologia muito simples.

Eu fazia muito essa crítica na época de como os parques pareciam que eram pracinhas copia e cola, os parques lineares nas margens da represa, os parques lineares às margens dos córregos, que tiveram uma grande importância, mas, muitas vezes, não contemplaram toda a complexidade que esses parques tinham. E muitos parques, às vezes, contam como implantados, vou citar aqui um exemplo Parque Linear Ribeirão Caulim, que era para ser o segundo maior parque da cidade de São Paulo, com 700 hectares; o Parque Linear Ribeirão Cocaia, também que era para ser uns maiores parques da cidade, com cerca de 400 hectares.

O Natalini sabe muito bem o que aconteceu, algumas partes que seriam desses parques, como previsto, somente, por exemplo, o Caulim foi implantado uma praça apenas, uma área muito pequena. E muita coisa ficou para se fazer, a partir da implantação desses parques.

De 2012 para cá a Secretaria foi encolhendo, também foi falado várias vezes de orçamento, foi diminuindo, com uma demanda de gestão gigantesca que cresceu muito. Então, 2019, graças à pressão de vocês da sociedade civil de todos os movimentos envolvidos com a questão ambiental e também um protagonismo muito grande da Câmara, nós conseguimos descontingenciar esse orçamento da Secretaria do Verde e hoje ela finalmente está tendo um orçamento, a partir agora de 2022, principalmente, que vai permitir correr atrás de atender essas demandas que estão acumuladas, principalmente, nos parques que foram implantados durante todos esses anos e que não acompanharam orçamento para gestão.

Eu vou só citar alguns parques que nós implantamos recentemente, que foi o Parque do Chuvisco, bem no começo da gestão do Doria, o projeto começou na gestão Haddad, depois teve o Parque Chácara do Jockey, recentemente tivemos o Parque Augusta, o Parque Paraisópolis, tivemos também o Nascente do Ribeirão Colônia, o Alto da Boa Vista, resolvemos o Parque do Jardim das Perdizes, possibilitando a abertura dele, que foi por um termo de compensação ambiental, conseguimos abertura dos cinco parques naturais municipais, que era uma demanda muito importante dos extremos, os parques naturais municipais, quatro na região

de Parelheiros e fundão do Grajaú e o parque natural Municipal Fazenda do Carmo, na região Leste da Cidade.

Hoje os parques que damos como certa a implantação que está tudo caminhando para que sejam efetivadas nesse ano, no próximo ano, dentro desse curto prazo, o Parque Linear Córrego do Bispo, na Zona Norte, que é uma área de extrema relevância ecológica, além de uma relevância social. O Parque Fazenda da Juta, também com projeto básico já em execução. Sabemos da pressão social que esse parque tá sofrendo muito grande de invasão, que é um desafio de lidar, principalmente, depois, o Natalini falou muito bem da pressão do crime organizado, inclusive eu fui uma das pessoas que já recebi ameaças por denunciar esses interesses. Mas também vemos um impacto muito grande social da pandemia, que aumentou muito a taxa de pessoas em situação de extrema pobreza e isso também gerou um aumento muito grande de pressão de ocupação das áreas públicas que temos de lidar. Temos aí o parque Morumbi Sul, que está com projeto. Tem muita coisa acontecendo, já estamos com contratos lá de manejo fluindo. O Parque Aristocrata também está bem avançado, o Água Podre. Quanto ao Parque dos Búfalos, há uma questão com a Cetesb que precisa ser destravada para se poder dar andamento ao projeto, mas é um parque também que está dentro do horizonte próximo. Há o Sítio Morrinhos. O Cabeceira do Aricanduva é um Parque Natural Municipal que estamos implantando na região de São Mateus, muito importante no extremo da Cidade. E o Parque da Fonte, cuja questão fundiária estamos finalizando para haver a imissão da posse para poder fazer os devidos projetos, também está no nosso planejamento.

Eu sei que a Cidade precisa de muitos mais parques do que esse número, embora esse número seja muito expressivo. Para vocês terem ideia, em minha dissertação de mestrado, em 2012, eu fiz um mapeamento de todas as áreas verdes relevantes da Subprefeitura de Capela do Socorro. Só naquela região, em uma única subprefeitura, mapeei 155 áreas verdes. Então, vocês imaginem em uma única subprefeitura haver 155 áreas relevantes. Acho que isto é outro desafio nosso, da sociedade, da cidade de São Paulo: pensar outros mecanismos além da implantação de parque. Porque parque é como filho: não basta só colocar no planejamento, você

tem que ter capacidade de cuidar. Não basta ter só orçamento, que é muito importante; tem que haver também capacidade técnica e institucional, equipes para trabalhar e olhar por essas áreas e um trabalho de longo prazo em parceria com a comunidade. Quando falei a vocês sobre como os parques surgem, lembro que o grande desafio é implantar esses parques em áreas onde eles sejam mais necessários, principalmente onde a população é mais vulnerável, tem mais dificuldade de acesso a alternativas de lazer, onde a população é mais idosa e justamente tem maior dificuldade de locomoção. Existem alguns parques voltados ao público feminino, para as mulheres, pois, infelizmente, na sociedade patriarcal as mulheres têm, às vezes, uma dificuldade maior de locomoção, porque acabam ficando responsáveis por cuidar dos filhos. É algo injusto, mas é a realidade que temos. Elas demandam mais, precisam mais de acesso a parques. Então, precisamos pensar e planejar não só de maneira reativa, mas proativa. E hoje, quando implantamos parques, tomamos todo esse cuidado, como, por exemplo, acessibilidade, que todos os parques têm que ter. Há projetos mais complexos que pensamos do ponto de vista das necessidades de uso, das potencialidades sociais, das fragilidades e potencialidades ecológicas.

Implantar parque não é uma tarefa simples. Por exemplo, para se fazer a desapropriação de uma área, tem que ser feita uma planta expropriatória. Às vezes, quando vocês vão ver o cadastro de uma área de desapropriação, você vê uma área imensa. Cito o Parque Linear Ribeirão Caulim: você olha uma área imensa, 700 hectares, você pensa que é só desapropriar 700 hectares. Quando você vai ver, essa área está quebrada em centenas, às vezes milhares de lotes, e em muitos desses lotes você não consegue nem fazer a identificação do proprietário. É uma questão técnica e burocrática gigantesca. Depois que você desapropria essas áreas, você tem que fazer projeto básico, tem que trazer vários especialistas como arquitetos, engenheiros, biólogos para fazer esse planejamento; tem que trazer a sociedade civil e tem que haver a capacidade de assumir a gestão dessas áreas.

Acho muito importante dividir com vocês o seguinte: esse aumento de orçamento propicia oportunidades de melhorias, mas isso não é do dia para a noite, tem que se fazer contratações e licitações, é um processo um pouco burocrático. Mas a partir de 1º de abril já há

ordem de início certo para novos contratos na imensa maioria dos parques da cidade de São Paulo. Estou recentemente à frente da Divisão de Gestão de Parques Urbanos como Diretor, dentro da Coordenação e Gestão de Parques e Biodiversidade; e hoje, dos nossos 112 parques, creio que cem estejam na nossa divisão, mais ou menos isso. A imensa maioria está previsão de ordem de início de contrato de manejo, em número bem maior do que antes. Então, vocês vão ver esse impacto bem grande em melhorias dentro dos próximos meses. Estamos implementando também os contratos de vigilância nas áreas que precisam. Estamos com o primeiro contrato de manutenção básica dos parques, de pequenas reformas – desde 2014, não há contrato de pequenas reformas –, o qual está em licitação para maio.

Quero dizer que vocês podem contar que vai haver melhoria. Vocês vão perceber uma melhoria muito expressiva no serviço, na qualidade dos parques, na manutenção, nos cuidados. Além disso, os conselhos gestores também passaram recentemente por eleição, diversos conselhos. Todo parque, por lei, precisa ter Conselho Gestor. E falo sempre da importância da participação da sociedade civil, porque vocês estão lá como pessoas que têm carinho, que têm um conhecimento muito grande, o que facilita a gestão. Isso para nós é fundamental, embora muitas vezes também percebamos toda uma dificuldade de participação da sociedade em alguns casos. Às vezes a população é muito participativa, outras vezes não demonstra tanto interesse, ou às vezes há vários conflitos. Isso faz parte, mas o desafio do setor público é convidar e trazer para dentro cada vez mais a sociedade civil. Porque eu sou técnico, estou aqui temporariamente. Os Secretários, o Prefeito, os Vereadores passam; a sociedade civil permanece. Precisamos tê-la como a aliada mais importante na gestão dessas áreas.

Então, em nome da Secretaria do Verde, é o que deixo de mensagem a vocês.
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Retomando a lista de inscritos, tem a palavra o Sr. Ernesto Maeda, do Coletivo Amigos da Mata Esmeralda, que falará presencialmente por dois minutos.

O SR. ERNESTO MAEDA – Boa noite. Primeiramente, quero parabenizar a iniciativa

do Vereador Toninho Vespoli e agradecer esse convite para participar desta audiência. Agradeço a todos os que estão acompanhando e participando deste evento importante. Quero deixar o apoio do nosso coletivo a todos os que estão na luta em prol dos parques públicos na cidade de São Paulo.

Infelizmente, o Secretário teve que sair, mas pedimos audiência também com o Secretário de Urbanismo e Licenciamento. Gostaríamos que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa pudesse auxiliar, pois queremos saber, por exemplo, do nosso caso. Trata-se de uma área verde com quase 500 mil metros quadrados na região do Butantã, e queremos saber em que pé se encontra. É uma área privada, com vários loteamentos, e não sabemos em que pé está do ponto de vista de licenciamento e autorização. Como é um dado público, nós queremos ter essa informação da Secretaria.

Aproveitamos a presença do Thiago, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente para lembrar que pedimos uma audiência com o Secretário. Inicialmente, a resposta foi que seria com o Chefe de Gabinete, mas insistimos em uma conversa com o Secretário, que ficou de ser agendada. Queremos saber da Secretaria do Verde o seguinte: temos na nossa região vários projetos de loteamento, mas não sabemos se houve, por parte da Secretaria, algum estudo técnico. Como se trata de área privada, não podemos entrar na área para fazer esse estudo técnico. Então, queremos saber se existe por parte da Secretaria, ou conhecimento por parte da empresa, autorização desse estudo de impacto. Se existe esse estudo, queremos ter acesso, porque é uma área Zepam com micos, tucanos, toda uma fauna e flora, além de várias nascentes. É uma área muito grande, e a comunidade toda está se movendo. Estamos mobilizando toda a comunidade e queremos, por meio dessa nossa luta, a criação de um parque público, que é muito importante não só para aquela região, mas para a Cidade como um todo e também para outros municípios, pois envolve Taboão da Serra, Cotia e Osasco.

Agradeço novamente ao Vereador Professor Toninho Vespoli. Gostaria de contar com o apoio desta Casa e também da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sr. Ernesto. Tem o

apoio aqui da CCJ. Com certeza, a gente vai encaminhar esse pedido de audiência na SMUL, para que a gente possa obter essas informações.

Tem a palavra a Sra. Natália, Covreadora da Bancada Feminista.

A SRA. NATÁLIA – Boa noite. Meu nome é Natália. Sou Covreadora da Bancada Feminista. Queria fazer só uma breve saudação, porque infelizmente estou de saída. Tenho outra reunião agora. Quero parabenizar o mandato do Vereador Professor Toninho Vespoli pela iniciativa para essa audiência, sobre a criação de novos parques. A gente sabe que isso é essencial para a nossa qualidade de vida e para a preservação do verde e de tudo o que habita no verde, toda a fauna também. Parabenizo todo mundo que está aqui, pela militância e pelo ativismo. Infelizmente não vou conseguir ouvir as pessoas inscritas da Serra da Cantareira, que eu conheço e acompanho pelo mandato; mas quero reforçar aqui, com antecedência, para que, quando essas pessoas falarem, isso seja muito levado em consideração, porque a Serra da Cantareira, apesar de nem o Parque da Cantareira ser estadual, existem vários parques que seriam municipais e fariam com que a borda da Serra da Cantareira fizesse essa proteção, e que estão muito atrasados. A maioria não está andando. Então, coloco aqui essa importância. A gente tem acompanhado isso pelo mandato, e deixo aqui minha saudação. Desejo uma boa audiência para todos. Depois eu vejo o restante pela gravação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigada, Sra. Natália. Parabéns para a Bancada Feminista, que vem lutando também pelo meio ambiente aqui na cidade de São Paulo.

Tem a palavra a Sra. Adriana Guimarães, do grupo Ação Parque Linear Itapaiúna.

A SRA. ADRIANA GUIMARÃES – Boa noite. Meu nome é Adriana. Sou aqui do Parque Linear Itapaiúna. É um grupo de moradores lutando pela implantação do parque. Eu queria fazer duas observações. Eu acho a transferência de direito de construir um mecanismo bastante interessante, mas, no caso aqui do Parque Linear Itapaiúna, a gente está com uma área enorme de áreas verdes públicas, sobre forte pressão de desmatamento e de ocupações

irregulares; e sobre todo projeto do parque, ultimamente o que a gente tem notícia é que ele está preso, por conta de uma negociação de transferência de direito de construir, de uma área minúscula, que deve ser, mais ou menos, 10% da área total do parque, enquanto a gente tem 80% de área verde pública livre e apta à implantação do parque. Então, isso aqui para a gente está sendo um problema. A gente não consegue entender por que isso está acontecendo. É um parque que não é uma demanda da população. É um parque que é fruto de um termo de compromisso ambiental, já por impactos ambientais na mesma região de uma área pública; e o parque não sai do papel há mais de dez anos.

Era isso que eu gostaria de colocar em relação ao Parque Linear Itapaiúna.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado.

Quanto a essa questão, estou colocando a proposta. Quando a gente for com o pessoal dos Amigos da Mata Esmeralda, a gente também pode ir com vocês, porque aí, caso queiram, a gente pode já dialogar isso na SMUL.

Tudo bem?

A SRA. ADRIANA – Está. Seria ótimo. Agradecemos sim.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Tem a palavra a Sra. Beatriz Bito de Souza, Apac São Paulo.

A SRA. BEATRIZ BITO DE SOUZA – Olá. Boa noite a todos.

Eu venho aqui representando a Parque São Paulo. Agradeço aí até a introdução da Sra. Natália Chaves. Justamente gostaríamos de saber mais informações sobre os parques da Borda da Cantareira. São nove parques. Aqui pela Secretaria do Meio Ambiente, pela Secretaria do Verde foi realmente informado que o Parque do Bispo está em andamento. Então, desses nove parques, temos um em andamento e apenas um concluído. O que a gente vem aqui trazer é a importância socioambiental desses parques, que estão ali justamente para uma zona de contenção do crescimento da Cidade em direção à área de preservação.

A nossa dúvida é: “O que está acontecendo com esses outros parques? Em que pé

eles estão?” A informação que a gente tem aqui é uma informação que vem da licitação do Rodoanel no trecho Norte, que, até 2019, apenas dois parques têm decreto de criação. Então, quais são os planos para eles? Esses parques vão ser desenvolvidos pela Secretaria Municipal ou vão ter uma participação dessa futura concessionária? A gente quer destacar a importância da efetivação desse projeto, que é de 2009, e até agora está nessa situação. Então, a gente busca trazer a relevância, porque a área dispensa maiores detalhes. É uma área de mananciais, área de preservação estadual, área de importância ambiental e municipal; e o que a gente tem observado – como pessoas que estão ali, no dia a dia, aqui com alguns apoiadores que verificam o avanço dessas ocupações irregulares – é a implementação também de condomínios de luxo e, ao mesmo tempo, abertura de clareiras no meio dessa mata.

Realmente a área está precisando de uma atenção. Então, eu venho aqui pedir para que seja esclarecida qual é a situação desses parques neste momento. É o que eu tenho a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sra. Beatriz.

Sr. Vinicius, há questões que a gente já falou aqui, da SMUL. A gente pode ter um encaminhamento. Agora quanto aos outros, se puder anotar, porque, no final, haverá um tempo para respondê-las.

Tem a palavra o Sr. Élio Jovart Bueno de Camargo, do Cades Butantã.

O SR. ÉLIO JOVART BUENO DE CAMARGO – Boa noite, pessoal. Não bastam as áreas públicas, as áreas verdes públicas previstas a serem implementadas como parques. Nós não vamos ter ou aumentar mais as áreas verdes do que temos hoje na Cidade. Podemos ter de menos, mas infelizmente as áreas verdes hoje valem menos do que as áreas limpas sem árvores. Então, temos que inverter e fazer as áreas verdes valerem mais com árvores. Em lugar de simples e longa desapropriação de algumas áreas, precisamos de um projeto legislativo, para que – como falou o Sr. Vinicius Almeida – as licenças construtivas, na Cidade, financiem obrigatoriamente a manutenção de igual área, mantendo assim obrigatoriamente todas as áreas verdes existentes e, em lugar de se criarem direitos de potencial construtivo, nós

obrigatoriamente vamos assegurar em manter todas as áreas verdes na Cidade e depois, se essas forem parques ou unidades de conservação, o futuro vai decidir. Temos apenas que salvar todas as áreas verdes já.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – O próximo orador é o Sr. João Moreirão, CPM Casa Verde. (Pausa). Próxima oradora Sra. Maria de Lourdes Marin Martins. (Pausa).

A SRA. MARIA DE LOURDES MARIN MARTINS – Boa noite a todos. Parabéns pela iniciativa e também parabéns ao aniversariante. Agradeço muito a oportunidade de participar.

Sou a Lourdes Marin, moradora da Casa Verde, aqui é uma região muito carente de parques. Atualmente, quando nós queremos usufruir de algum parque, precisamos nos locomover para um bairro vizinho, para outra localidade.

Então eu gostaria de pedir um olhar para dois locais em potencial aqui, para parques. Um, eu falo que é potencial porque é o Parque da Casa Verde, onde funcionava o antigo clube e a área foi privatizada. Na realidade, era uma área privada, foi comprada por uma empresa de ônibus, a Pássaro Marrom, o local está *sub judice*, com um ganho dos munícipes, mas a empresa colocou abaixo a maioria das árvores, entre árvores nativas e exóticas. Então nós estamos pedindo um olhar especial e até mencionando que a população, os munícipes ali em volta estão prontos para se mobilizarem e replantar as árvores, que foram arrancadas inadvertidamente por essa empresa.

É uma situação muito estranha porque já constava no Plano Diretor, houve umas modificações, eles não cumpriram aquilo que estava, pelo menos aquilo que eles apresentaram no papel, para obter algumas autorizações. Quer dizer, a impressão que dá é que eles fizeram o pedido, não cumpriram esse pedido, de forma que até o Ministério Público entrevistou e nós queremos muito um parque lá, pois na Casa Verde não temos.

Inclusive eu represento também o Grupo de Voluntários, não só para o plantio, mas também que estão prontos para, se tiver um espaço coberto para dar aulas para idosos, para

fazer acontecer algo assim na região. Hoje não estamos conseguindo. Derrubaram lá mais de 123 árvores, quer dizer mais de uma centena. Mas, não tem problemas: estamos prontos para ir lá e replantar.

O outro local seria na Braz Leme, no Sítio Morrinhos. O Sítio Morrinhos é um complexo que envolve um museu, tem um viveiro de plantas e tem o Centro Esportivo. Está praticamente pronto para ser aberto ao público, mas não está sendo utilizado por falta de manutenção. Então gostaríamos muito que o Sítio Morrinhos, ainda que parcialmente, porque sabemos que depende de muitas verbas, mas mesmo que parcialmente, fosse aberto para a população.

E só para encerrar, na Avenida Ordem e Progresso, onde nós pretendemos a implantação do Parque da Casa Verde, que também já está previsto, estamos prontos para ajudar naquilo que for preciso. Enfim, queríamos saber como está a situação e o que o Secretário pode nos falar a respeito disso.

Agradeço muito a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado Maria. Se você quiser o seu *e-mail* no *chat*, os outros podem entrar em contato, da sociedade civil, para fazer uma articulação na zona Norte.

A SRA. MARIA DE LOURDES MARIN MARTINS – Obrigada. Precisamos de muito apoio, por favor. Vou colocar no *chat*.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Próximo orador Sr. Julio Cesar Dabuss. (Pausa). Próximo orador Sr. Felipe Pinheiro Oliva, do Coletivo Horta das Flores. (Pausa). Próximo orador Sr. Renato Carlos, da Mooca (Pausa). Próxima oradora Sra. Evelyn Toledo Dias, Santa Food. (Pausa). Próxima oradora Sra. Fernanda de Oliveira Pereira (Pausa). Próximo orador José Luis Fazzo, Horta das Flores. (Pausa). Próximo orador Daniel Francisco Porsche da Paixão, do CADS Vila Prudente. (Pausa). Próximo orador Sr. Diego Fernando Ferreira, do Jardim Vigia Mooca (Pausa). Próximo orador Sr. Otacílio Ribeiro Filho, Movimento Construção Parque Público do Parque Peruche. (Pausa). Próximo orador Sr. Jarbes Campos,

do Instituto Saci – Saberes, Culturas e Integração. (Pausa). Próximo orador Sr. Saulo de Campos. (Pausa).

– (Falha na transmissão. Registro prejudicado.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Boa noite. Quem é? Jardes?

– (Falha na transmissão. Registro prejudicado.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Do Peruche. Fique à vontade, dois minutos.

O SR. OTACÍLIO RIBEIRO FILHO – Posso falar? Primeiramente eu queria falar sobre o Sítio Morrinhos. O Sítio Morrinhos, nós tínhamos uma área de esporte ali. Há décadas que praticamente cuidava da gestão e da higienização do parque. Então eu gostaria que o Secretário do Meio Ambiente desse uma atenção para o pessoal do Esporte, que os recebesse para que eles possam resolver a questão da área e ajudar a administrar o lugar. São pessoas que estão lá há muito tempo.

A segunda reivindicação é referente ao Parque Público do Parque Peruche. No Plano Diretor está como Chácara do Niazi. Esse movimento nós fundamos em 20 de maio de 1982. É o movimento mais antigo de parques de São Paulo. Gostaria que vocês dessem uma atenção para nós.

O Parque Peruche é um bairro negro, desportista, ali dá para construir uma bela praça de esportes e o parque junto. Do Parque Peruche, dos três maiores atletas do Brasil, dois saíram dali: Éder Jofre e Edson Maciel da Silva. E nós não temos um milímetro de área verde. Saíram também diversos jogadores de futebol e nós não temos área verde e aquela área está lá e estamos lutando há quarenta anos.

Finalizando, gostaria de falar sobre o Parque Público do Campo de Marte. Nós temos uma área de esportes ali que proporciona lazer no fim de semana, gratuitamente, para mais de dez mil pessoas. Estamos lá há sessenta anos. Somos favoráveis à construção do Parque do Campo de Marte, mas gostaríamos que preservassem nossa área. Nós construímos aquela área há sessenta anos sem um centavo público e é uma malvadeza tirar a gente de lá. Dá para

construir o parque e ajeitar tanto nós quanto o parque. Nós só ocupamos só 7% da área de todo o parque projetado.

É isso que eu queria colocar. Obrigado a todos e, por favor, dê uma atenção para a zona Norte, porque estamos muito carentes de área de esporte e de lazer, e nós temos condições de construir esses três parques, principalmente o Parque Público do Parque Peruche. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado Otacílio. Próximo orador é o Sr. Saulo de Campos Oliveira, da Amigos da Maxima Beralda. (Pausa). Próximo orador é o Sr. Luiz Gustavo Alves Vieira. (Pausa). Próxima oradora Sra. Silvia Mielquinique, Conselheira do Conselho Gestor Parque do Ibirapuera. (Pausa). Próximo orador Sr. Joaniro Amâncio Pereira, CPM Perus e Anhanguera e Conselho de Parques. (Pausa). Próxima oradora Marta Delbuchi Pimenta, Rede Butantã. (Pausa). Próximo orador é o Sr. Cesar Pegoraro, Comissão de Moradores do Parque Linear Água Podre. (Pausa). Próximo orador Oscar Venâncio Lira, Amigos do Parque Municipal Horto do Ipê. (Pausa). A próxima oradora é a Sra. Norma Megumi Arata, da Sociedade Ambientalista Leste. (Pausa). O próximo orador é o Sr. Benedito dos Santos Veloso. (Pausa). Sra. Débora Cristina Torres Pinheiro, do Vozes da Zona Leste. (Pausa). Sr. Gilmar Justino Barbosa. (Pausa). Sra. Else Gimenez. (Pausa). Sra. Denise Xavier de Mendonça, do Muda Mooca. (Pausa). Sr. João Eduardo da Silva, da Comissão de Festejos do Jardim Santo André. (Pausa). Sr. Bernardo Morales Pinto da Rocha. (Pausa). Sr. Tiago Costa Neto. (Pausa). Sr. João Eduardo da Silva, da Comissão de Festejos do Jardim Santo André. (Pausa). Sra. Solange Aparecida Taverna, da Sodepro – Sociedade de Defesa das Tradições e Progresso da Bela Vista. (Pausa). Sra. Andreia da Silva Muniz Oliveira. (Pausa). Sra. Sirlei Bertolini Soares, do TICP Jaraguá-Perus-Anhanguera. (Pausa). Sra. Maria Cordeliza dos Santos, do Instituto Gaiman. (Pausa). Sra. Sueli Ramos de Menezes. (Pausa). Sra. Deocleciana Ferreira.

A SRA. DEOCLECIANA FERREIRA – Boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Sra. Deoclecinana, fique à vontade. V.Sa. tem dois minutos.

A SRA. DEOCLECIANA FERREIRA – Muito obrigada. Eu sou moradora aqui da Fazenda da Juta e estou aqui em companhia da Dona Ivanilde, que também é moradora da Fazenda da Juta e defensora dessa mata.

Como o Vinicius já mencionou, a implantação do Parque da Fazenda da Juta está no planejamento, está em andamento, mas são duas áreas, uma parte que está estipulada para o parque e uma outra parte que é de manancial e está ocupada por várias famílias de imigrantes venezuelanos. São cerca de oitenta a cem famílias morando dentro da mata. Nós queremos saber se essa parte da mata já foi incluída no projeto do parque e, para a remoção dessas famílias que estão ocupando a área de manancial, qual é o plano da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e o da Habitação. Essas famílias precisam de um espaço digno de moradia, porque aquela área, além de ser de manancial, é um barranco, o que torna a situação muito precária e perigosa. A cada dia, nós vemos mais árvores indo para o chão, e a situação só vai se agravando com a chegada de mais caminhões de mudança e mais famílias ocupando a mata. A Dona Ivanilde quer dar uma palavrinha também.

A SRA. IVANILDE – Boa noite. Eu sou moradora daqui desde que eu construí a minha casa por mutirão e eu cuido dessa área de mata há muitos anos. Eu trabalhava, mas como eu me aposentei nova porque eu estava com problema de artrose nas mãos, eu cuido daqui. Eu vejo todos eles destruindo as coisas e não posso fazer nada, mas a Polícia está sempre vindo aqui. Quando ela vem, eles saem, mas quando ela sai, eles voltam a destruir, a cortar árvores. Por enquanto é isso pelo pouco tempo. Boa noite.

A SRA. DEOCLECIANA FERREIRA – É da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e da Secretaria de Habitação que nós esperamos essa resposta para a nossa demanda. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – O próximo orador é o Sr. Matthew Aaron.

O SR. MATTHEW AARON RICHMOND – Boa noite. Sou geógrafo e pesquisador da *London School of Economics*, no Reino Unido, e pesquisador afiliado da Unesp. A minha

demanda, assim como a Dona Ivanilde, é em relação ao Parque Fazenda da Juta, no Distrito de Sapopemba, na zona Leste.

Para não me perder, agora vou ler.

Desde meados de 2021, uma área extensa de Mata Atlântica remanescente, localizada no bairro da Fazenda da Juta, no Distrito de Sapopemba, vem sofrendo de constante desmatamento e ocupação irregular. Uma parte da mata já é prevista para virar um parque público pela Lei Municipal nº 16.683/2017, mas uma outra parte, localizada entre as ruas Grevilia, Domingos Alaleone, George Bekesy e Augustin Luberti, ficou fora desse projeto – ou acreditamos que ficou de fora – e queríamos pedir esclarecimentos sobre esse detalhe dessa área que agora é o alvo principal das invasões. Eu gostaria de saber por que essa área ficou excluída do futuro parque e por que ainda não pode ser incluído no projeto. Se de fato não pode, eu gostaria de saber quais medidas serão tomadas para preservar essa área, tanto no curto prazo quanto no futuro. Desde 2021, já foram feitas várias denúncias, e agora a GCM Ambiental patrulha a área esporadicamente, mas isso não tem sido suficiente para evitar a destruição. Os invasores simplesmente esperam a GCM sair e voltam a derrubar árvores e construir. No ritmo atual, a mata vai deixar de existir em pouco tempo.

Sabemos que áreas de preservação ambiental em cidades precisam de uma boa estrutura e boa fiscalização para não sofrerem degradação e eventualmente desaparecerem. Gostaria de saber o que vai ser feito para evitar tal resultado catastrófico nesse caso, seja dentro ou fora do futuro Parque Fazenda da Juta. Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sr. Matthew. O próximo é o Sr. André Manoel dos Santos, do Cades Sapopemba.

O SR. ANDRÉ MANOEL DOS SANTOS – Boa noite a todos. Sou Conselheiro e Coordenador do Cades Sapopemba. Cada munícipe é responsável pela preservação dos parques, seu uso consciente, por ajudar a zelar pelos parques, e compete à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente planejar, ordenar, coordenar as atividades de defesa do meio ambiente no Município de São Paulo, definindo critérios para conter a degradação e a poluição ambiental.

Diante dessas premissas, a sociedade civil demanda que a área da Mata Atlântica remanescentes localizada em Sapopemba, futuro Parque Fazenda da Juta, que vem sofrendo desmatamentos, ocupações irregulares e levando a derrubada de grande quantidade de árvores, visto que Sapopemba é um dos menores índices de áreas verdes, pedimos uma rápida execução da implantação do Parque e que o Poder Público Legislativo e Executivo adote ações para coibir essas questões. Também deliberamos uma parceria efetiva entre os autores: a Subprefeitura de Sapopemba, o Cades Sapopemba, a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, a GCM Ambiental e a sociedade civil para proteção dessa área e demais áreas verdes de Sapopemba.

Como demanda também solicitamos uma parceria entre a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e a Secretaria de Desenvolvimento, Sars Sapopemba, um cadastramento dos atuais ocupantes e oferta de alternativas dignas de moradia para eles fora da área de preservação ambiental.

Por fim, cabe ao Poder Público cuidar dos demais parques também. Sabemos que os parques têm falta de zeladoria, falta de estruturas adequadas. Cito o exemplo do nosso Parque Linear da Integração Zilda Arns, de 8 km, em Sapopemba, que sofre sem a devida manutenção e cuidados ambientais há muitos anos. Sabemos que esse parque está em processo de reforma, mas ainda não há informações sobre como vai ser essa reforma, como vai ser a participação social. Visto na questão desse parque, notamos que ainda há falta de manutenção, falta de segurança nesse espaço público.

Precisamos que o Poder Público e sociedade civil tenham um desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento principal da cultura de paz e em prol do meio ambiente. Essas são minhas palavras. Boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, André. Último inscrito é o Sr. Oscar Lira.

O SR. OSCAR LIRA – Boa noite a todos. Agradeço a todos os Vereadores, ao Natalini principalmente por essa batalha grande de muito tempo pelo verde e meio ambiente de São Paulo. Vou fazer meus comentários e algumas situações para todos para ficar como uma

reflexão.

166 parques. Como vamos fazer 166 parques? Na última reunião que fui com o Sr. Ravena na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – sou do Cades do Campo Limpo, sou do jornal *Ponto a Ponto* e somos os Amigos do Parque Municipal Horto do Ipê – ele disse que dos cem parques que existiam, que foram programados há dez anos, quarenta já foram totalmente dizimados, destruídos, pulverizados pelas invasões, ocupações mostrando que a Cidade é extremamente incompetente. A gestão pública é extremamente incompetente na questão de ordenamento urbano. Ela deixa todo mundo fazer exatamente o que quer e do jeito que quer.

As gerações futuras da cidade de São Paulo estão comprometidas. As gerações futuras vão sofrer e comer o pão que o diabo amassou por conta de deixar essas invasões sem controle. Se não houver ordenamento urbano, não adianta. Não adianta sonharmos com mais parques se não conseguimos sequer controlar as áreas que já estão definidas para ser parques.

No Parque Municipal Horto do Ipê, as invasões estão a todo o vapor. Território do Campo Limpo que pega todo o nosso Cades, cabeceira Caboré, a região do Córrego dos Mirandas, a região do Morro da Lua, todas essas áreas estão sendo construídas a todo o vapor. São construções de dois, três, quatro andares; casas de aluguel, carros como SUV na garagem dentro da área do parque.

Eu duvido e pago para ver se alguém chega lá ao Parque Ibirapuera, área nobre, não é periferia como a nossa, e consegue construir uma casa de três andares dentro do Parque do Ibirapuera. Se a pessoa tem direito de fazer uma casa dentro do Parque Municipal Horto do Ipê de três andares, eles têm de ter o direito de fazer dentro do Parque do Ibirapuera também. Essa é a questão.

Não podemos mais aceitar isso. Como vamos fazer 166 parques se estamos deixando o pouco que tem, ser pulverizado? Cem parques que tinham no cronograma, quarenta, segundo o Sr. Ravena falou para mim em uma reunião junto com os membros do Parque Municipal Horto do Ipê, foram para roça. Já era. Acabou. Virou tudo invasão. A partir do momento que você deixa as invasões acontecerem, você sobrecarrega todo o sistema de Saúde,

sobrecarrega todo o sistema de Educação, todo o sistema de Segurança da região. Como vamos fazer? Não sei. Sonho igual a vocês. Gostaria que São Paulo fosse muito mais arborescida. Viajo para diversos países, para diversas cidades do País e nada se compara a aqui. Nada. Aqui é abandonado. Cada um faz o que quer. Precisamos pensar em como conter essas invasões, como resolver o problema de ordenamento urbano. Não dá mais para aceitar essas invasões a todo o vapor destruindo tudo.

Vou dar um exemplo: Parque Municipal Horto do Ipê. Convido Natalini, convido o nosso Vereador a virem na nossa região. Vamos dar uma olhada nas áreas invadidas. Os sobrados sobem de dois, três andares em mais ou menos trinta dias e o cara coloca placa de “aluga-se”. Tem gente dentro do Parque Municipal Horto do Ipê que já faz parte de outra invasão que construiu seis casas de aluguel. Está lá no *Diário Oficial*. Vejam no *Diário Oficial*. Já chamaram por outros conselheiros do Cades de gestões anteriores. Então, não dá mais.

Não sei o que vocês vão fazer. Só sei o seguinte, como morador há 45 anos de São Paulo, nasci e fui criado em São Paulo, eu sinto vergonha. Vergonha do que está acontecendo. Não sei como é que vai ser feito, mas precisamos achar uma solução para isso. Não adianta ficar sonhando. Estão acabando com a cidade de São Paulo.

Última pergunta. De quem é a responsabilidade civil e criminal? Por que fazer denúncias no 156, GCM, até Ministério Público não resolve mais. Então, acho que vai chegar a um ponto que os moradores de São Paulo vão ter que começar a fazer boletim de ocorrência por prevaricação com a quantidade de provas absurdas que eles já têm contra o primeiro escalão da Prefeitura, o primeiro escalão da Secretaria do Meio Ambiente e o primeiro escalão das Subprefeituras, que também fecham os olhos e deixam o vento em polpa ser destruído o nosso território.

Esse é o meu comentário e o meu protesto como cidadão do Campo Limpo, morador há 45 anos do Campo Limpo, Capão Redondo, Vila Andrade, que está sendo destruído.

Vou mostrar uma coisa para vocês bem rápida. Olha só para vocês verem como não é mentira o que eu estou falando. Não sei se vai mostrar aqui no vídeo, mas isso aqui é uma

ocupação dentro do Campo Limpo. Está escrito assim: “Vendo terreno. É invasão, mas a favela venceu. Ou troco por carro e moto.” Estão vendendo no *Facebook* terrenos da área de parque. É o fim do mundo.

Desculpa o desabafo, mas eu fico revoltado com isso. Esse é meu comentário como morador e cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – É isso, Oscar. Você não estava na lista. Acabamos chamando você porque você fez uma placa que queria falar. Só se teve algum erro de digitação, mas o seu nome não estava na lista.

O SR. OSCAR LIRA – Estava como convidado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Não está Oscar. Mas, tudo bem. Deu para você se pronunciar.

O SR. OSCAR LIRA – Desculpem-me pelo desabafo, mas eu fico tão triste. Eu sou um amante da natureza. Eu viajo muito e eu vejo a cidade de São Paulo. Eu vou para Curitiba e comparo com São Paulo e fico revoltado com o que nós temos aqui. É uma revolta como cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Oscar, para colaborar com você, na região da Vila Prudente – eu já era Vereador –, uma ocupação de algumas casas no Córrego Oratório, que não podia, beirando, a máquina já não tem mais como entrar. Eles tiraram todas as oportunidades de a máquina entrar para limpar o Córrego. Eu, como Vereador, fiz a denúncia na Subprefeitura. A Subprefeitura, na época, estava sabendo, mas não fez exatamente nada. Eu fui lá, pessoalmente, para conversar com o Engenheiro: “Vocês têm poder de polícia”. Não fizeram nada. Aí, eu ingressei com uma ação no Ministério Público contra a Subprefeita, porque não me restou outra coisa a fazer. Mas é lamentável isso. Vocês, como munícipes e nós, como representantes de uma instituição, que é a Casa Legislativa, nós fazemos a denúncia que, às vezes, acaba não reverberando como deveria. Então, é lamentável que isso ocorra. E, depois, acabam vindo vários problemas em decorrência da consolidação das coisas, como você falou. Então, o que você está falando é um sentimento que a maioria das pessoas tem.

O SR. OSCAR LIRA – Sabe o que se passa em nossa cabeça? Eu converso muito

com vários grupos de moradores e a população, que gosta da área verde, depois da pandemia tem uma necessidade absurda de áreas verdes. Absurda. A única forma que as pessoas têm de possuir uma saúde mental melhor é com as áreas verdes. As pessoas que pagam impostos em São Paulo, que moram em suas casas, os seus terrenos legalizados e pagam os seus IPTUs, assistem a essas invasões por suas janelas e ficam em uma revolta, em um transtorno mental absurdo, absurdo. Nós estamos criando uma destruição sem precedentes em nosso território. No geral, estou falando no geral. Nós estamos condenando as gerações futuras, este é o termo.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Oscar. A Rosangela pediu a palavra novamente. Depois falará o representante da Secretaria do Meio Ambiente, para que responda às perguntas. Aí, encerraremos. Rosangela. (Pausa). Eu acho que ela acabou saindo.

Então, eu vou abrir a palavra ao Vinicius, mas eu vou aproveitar para fazer umas perguntas. Fundo Municipal de Parques, artigo 288 do PDE, dispõe que seus recursos deveriam ser destinados exclusivamente à aquisição de áreas particulares para a implementação de parques, em planejamento previsto em lei. Ou seja, constante no Quadro 7. Como que está a implementação desse Fundo? Está se discutindo na Secretaria para que isso seja feito? Pergunto isso porque muitas áreas do Quadro 7 são particulares. Se não houver uma verba específica, para podermos fazer a desapropriação, vai ficar mais difícil. Esta é uma coisa.

Outra coisa que me chamou a atenção, Vinicius: eu estive conversando com o Ravena e ele me disse algo assim: “Ah, já implementamos dois parques e a ideia, até o final da Gestão, é implementarmos mais seis parques”. Nós falamos do contraste com os 167, que estão no PDE. Já relataram aqui, que alguns foram ocupados e dificilmente vão sair parques dali, porque fica muito caro desapropriar muita gente, mas não tem um conflito aí? O próprio plano da Prefeitura fala em oito parques no total, durante a Gestão como Plano de Metas, e o próprio PDE, que se encerra a poucos anos, fala de 167. Queria que você discorresse sobre isso.

E outra coisa, aproveitando a sua própria fala. Você acabou citando em torno de dez parques que estão andando, que vão ser implementados. Enfim, que estão andando os

processos, cada um está em uma etapa. Mas também isso não está contradizendo, um pouco, a própria fala do Chefe de Gabinete da Secretaria, o Ravena? Porque o Ravena falou que até o final da Gestão a ideia é implementar em torno de seis parques? E você acabou citando em torno de uns dez parques. Então, eu queria entender um pouco melhor isso. Há uma expectativa de a Secretaria implementar até o final da Gestão... Para não ficar confuso, para que não saia daqui cada um tendo um tipo de informação e acabe tendo uma dubiedade e uma confusão. São essas as minhas perguntas. Obrigado.

O SR. VINICIUS DE SOUZA ALMEIDA – Obrigado a todos.

Eu vou começar pelo começo até chegar às suas perguntas. Falaram bastante aqui do Sítio Morrinhos. É um parque que já está iniciando a elaboração do seu projeto básico. Depois vamos apresentar a todos vocês. Será um processo participativo, como foi no caso do Parque Augusta, canteiro aberto. E nós já estamos assumindo a gestão da área. Então, estamos fazendo visitas; estamos fazendo a implantação da equipe de manejo que vai fazer a conservação da área. Tem uma demanda represada muito grande de podas. Então, nós vamos ter uma equipe ali atendendo poda, atendendo a roçagem. Equipe de vigilância, também estamos implantando agora, a partir de maio. Mas só a questão mesmo, do projeto do parque, ainda vai um tempo de estudar o que vai ser feito, como vai ser feito. Tem a questão do campo de bocha, que nós sabemos do carinho que a comunidade tem e a importância desse campo. Então, por isso que é uma das áreas prioritárias e que estão previstas para saírem logo.

O Orlando Villas-Bôas, Vila Leopoldina, eu postei no *chat* do grupo, o convite para a reunião do Cades em maio, em que vamos discutir especificamente essa pauta, mas é um parque, sim, que vamos reabrir agora no segundo semestre. Estamos retomando agora, também o contrato de manejo, que, além da obra de reforma, ficamos sem o contrato de manejo e estamos retomando agora. Surgiram outros problemas e nós vamos falar um pouco disso nessa reunião, mas nós vamos reabrir ainda no segundo semestre deste ano.

Na questão das áreas da Cantareira, o parque que estamos prevendo reabrir é o Linear Córrego do Bispo. É uma área muito desafiadora. São cerca de 200 hectares de parque

nas franjas da Cantareira. É uma área muito encantadora. Nós nos deparamos com um nível de quantidade de conflitos gigantesco, quando começamos a fazer. Tocamos essa frente de trabalho há cerca de três anos e é impressionante a diferença que nós temos verificado nesta área. Era uma área que tinha, por exemplo, entre a área que é do parque efetivamente, que é de posse da Secretaria do Verde, e a área que era do córrego, que era previsto, no Plano Diretor, a implantação do parque, foram mais de 500 moradias reassentadas dessa área. Era uma área que era muito utilizada para inúmeras práticas criminosas: dezenas e dezenas de carros roubados; incêndios quase todos os dias acontecendo, prejudicando esta área; centenas de caminhões de entulho. Então, nós fizemos uma requalificação ambiental muito grande e agora nós estamos iniciando também o projeto básico, a implantação do parque para entregarmos até o ano que vem, e que vai atender a comunidade do Jardim Peri, que é uma comunidade que precisa muito. É uma das áreas mais periféricas e que precisa mais de parque. Inclusive agora, entre abril e maio, vamos ter uma atividade de observação de aves lá no parque e que vai ser aberta e vai ser bem bacana. É uma oportunidade de vocês conhecerem essa área...

Maria Cecília, peguei o seu contato, aliás, vou compartilhar o meu, se faltou trocar com alguém, vou digitar meu *e-mail* para conversarmos depois. Sou de uma divisão que cuida da gestão operacional dos parques. A parte de implantação é outra divisão dentro da nossa coordenação, a DIPO, Divisão de Implantação de Projetos e Obras, e muitas coisas temos de trocar figurinhas com eles. Então, compartilho meu *e-mail*, também peguei o seu, para marcarmos uma reunião para falar do Parque da Fonte, porque vocês falaram que têm um projeto e é muito importante conhecermos esse projeto também e fazermos essa troca.

O Parque Zilda Arns, estamos com a reforma em andamento com a Divisão de Projetos e Obras. Alguém mencionou, por gentileza, deixe o seu contato, passei o meu também, se quiser mandar *e-mail* para alinharmos alguma conversa específica. E esse Parque, estamos em parceria com a Sabesp, que vai contribuir para a gestão de metade da área desse Parque, que é o nosso linear mais extenso do Município. E sabemos que é um dos parques mais desafiadores que temos para fazer a gestão, então temos de realmente unir forças.

Em relação ao Fazenda da Juta, acho que o fator preponderante para ser uma área só das duas, concordo que as duas áreas verdes têm uma importância, por exemplo, para a biodiversidade do ponto de vista de serviços ecossistêmicos iguais. Não acredito que uma seja mais importante do que a outra, mas apenas uma entrou no Quadro 7 do Plano Diretor Estratégico. Embora não seja da Divisão de Projetos e Obras, acredito que esse tenha sido o fator, temos de dar prioridade, enquanto Secretaria do Verde, para as áreas que estão dentro do Plano Diretor.

E acho que cabe à sociedade organizada e à Câmara dos Vereadores pensarem nesses desafios do que fazer com essas áreas que não estão dentro do Plano Diretor. Minha vontade pessoal é abraçar todas as áreas verdes, tenho uma lista, enquanto ambientalista, enquanto pessoa que vem da academia, de centenas de propostas de parques que precisamos nas áreas mais periféricas, mas como não temos pernas ou braços para abraçar todas elas, acabamos priorizando, por exemplo, as que estão dentro do Plano Diretor Estratégico e acho que esse é um critério muito importante.

Oscar, embora a Divisão que eu trabalho não seja a que faz os projetos, nós cuidamos dos parques implantados. Fiz questão de visitar tanto o Horto do Ipê, quanto o Itapaiúna, que foi mencionado várias vezes, como também fui visitar a Fazenda da Juta recentemente, há duas semanas. Fiz essa bateria de visitas para tentar pensar como podemos melhorar ou minimizar as pressões dessas áreas. Estive lá com a Subprefeitura e também foi um pouco o mesmo caso da Fazenda da Juta, que a Subprefeitura fala muito que hoje tiramos as pessoas, os ocupantes e eles praticamente voltam imediatamente, inclusive, quando estive em Itapaiúna, a Subprefeitura foi avisando o pessoal, e eles voltaram, eram catadores, pessoas em situação de extrema vulnerabilidade.

Sei que muitos são oportunistas, mas a maioria são pessoas que vivem em certa situação de vulnerabilidade, mas se acostumam com esse ciclo de ocupa, consegue um reassentamento, às vezes, até vendem o apartamento que conseguiram depois de muitos anos esperando numa fila. É uma questão social, cultural, é uma questão muito difícil. Às vezes, olho

para essas pessoas e penso, além de tirar, que é uma questão complicada por inúmeras interfaces, temos de ter interface com as subprefeituras, interface com Sehab, além de tirar, o que podemos fazer? Pegar, prender, levar para a delegacia, essa pessoa vai assinar um termo circunstancial, vai responder por um crime ambiental, que a gente sabe que uma árvore, uma muda, uma árvore é R\$ 10 mil, cada árvore que é cortada. É uma questão muito complicada de lidar no dia a dia e muito desafiadora. Como Poder Público, quem responde por todas essas áreas somos nós, hoje, por exemplo, eu, como Diretor da Divisão de Parques Urbanos, para os parques que estão implantados sou eu que respondo. E enquanto ambientalista tenho essa missão de realmente salvaguardar esse patrimônio, que é para as futuras gerações. Não é fácil, mas o não é fácil não é desculpa, vocês estão aqui para cobrar.

Na Fazenda da Juta temos uma situação de ocupação muito consolidada. E as nossas equipes que trabalham lá, tendo que pedir autorização para fazer mapeamento, fazer o projeto de parque, dialogando com essas pessoas, falando: quanto mais vocês adentrarem para essas áreas, mais isso vai prejudicar vocês, vai acelerar eventualmente um processo de retirada, mesmo sabendo que a remoção das pessoas depende, por exemplo, do nosso departamento dentro da Prefeitura, o Demap, que é dentro da Procuradoria Geral do Município, é um juiz que determina a reintegração de posse dessas áreas.

Muitas dessas áreas estão em processos judiciais, onde constantemente temos de fazer recadastramento das famílias, porque já mudou, já aumentou, enfim. Mas, tenho certeza de que dentro dessas 40 áreas que o Ravena citou, foi pensando nas áreas que são públicas, acho que é uma pequena minoria das áreas públicas. E nessas áreas públicas estamos comprometidos em tentar fazer retomada de tudo o que estiver ao nosso alcance, exceto áreas que às vezes estão demarcadas como ZEIS 4, áreas em que a Sehab está com projeto de habitação, áreas que estão inviáveis, o que está dentro do possível como várias áreas no Horto do Ipê, no Itapaiúna e Fazenda da Juta, o que estiver dentro do possível queremos retomar essas áreas, garantir o que sobrou, porque é um bem essencial. É um desafio da gestão pública, da nossa geração, não abrir mão dentro daquilo que temos pernas e braços para tocar.

Destaco alguns parques, o Cabeceiras do Aricanduva, que é um parque natural em implantação na área da zona Leste, onde fizemos alguns processos de reintegração de posse recentemente. Falei do Córrego do Bispo, fizemos agora também do Central do Itaim, na zona Leste. E vamos seguindo para tentar restabelecer e equacionar essa questão, mas acho que enquanto não equacionar também outras questões que envolvem a esfera de habitação, a esfera de urbanismo, a esfera de fiscalização, tem coisas que não adianta, elas dependem de uma esfera que é uma questão civil, criminoso. O Natalini sabe muito bem. As quadrilhas são muito organizadas e quando acionamos, como eu já acionei inúmeras vezes, a Guarda Civil ou a Polícia Militar, quando vão lá prendem o cara que está passando necessidade, está ganhando R\$ 50 para cortar árvore, não prendem o dono dessa quadrilha, que é uma questão que envolve, às vezes, a Polícia Civil, por exemplo, envolve inquérito, enfim.

É muito complexa a questão ambiental, de extrema complexidade, todos sabem disso. Mas, pelo menos, uma coisa muito positiva é que temos tido um alinhamento muito bom entre, por exemplo, o Fórum Verde, a sociedade civil como um todo, o Poder Público e a Câmara para buscar essas soluções, para buscar essa gestão compartilhada. Acho que o grande desafio da gestão das áreas verdes no mundo inteiro, hoje falamos do paradigma de gestão, usamos muito esse termo na academia, que é gestão compartilhada, alguns professores estão aqui e sabem muito bem. Acho que enquanto não houver gestão compartilhada não vamos conseguir avançar tanto. Com a gestão compartilhada conseguimos avançar muito mais.

Por último, as perguntas do nosso Secretário, uma que é mais tranquila de responder, a questão da divergência, essa questão das áreas de parque é muito dinâmica. Há processos que avançam, há processos que às vezes param, mas esse número que eu passei, acho que é o mais recente. Eu falei de alguns parques, tem o do Córrego do Bispo para o ano que vem; da Fazenda da Juta; Morumbi Sul, que já está até sendo utilizado, já entrou o contrato de vigilância, também entrando agora contrato de manejo essa semana; o Aristocrata está avançado; o Água Podre está com a licitação já em fase final, então, está próximo de começar a implantação do parque.

Essa lista pode variar um pouco, porque eu considero os parques em fase de implantação e, de repente, essa lista pode mudar um pouco, porque tem coisas que avançam pouco, outras avançam de repente e você nem está esperando. Por exemplo, hoje a gente está recebendo do Estado uma área que nem estava prevista, que é do Parque Heliópolis, um parque que foi implantado pelo Estado, mas é algo recente, por isso que, às vezes, ocorre divergência de informação. Tem o Aricanduva, que eu considere aqui na conta, mas ele é um parque natural municipal, é uma unidade de conservação.

E, referente a essa questão do fundo municipal, eu realmente peço desculpas, mas essa é uma pergunta que eu vou ter que levar como dever de casa, porque passa um pouco da minha alçada responder; mas eu me comprometo em ter a devolutiva para te dar essa informação.

Então, a questão das quarenta áreas, acho que a imensa maioria desses parques do Plano Diretor não foram nem desapropriados. Nas áreas particulares, é onde a gente ministra a maioria dos problemas; e as públicas, a gente tem mais problemas pontuais. O Parque Itapaiúna, existe um projeto para a Secretaria para essa área, tem essa questão, principalmente, de construir, de estar um pouco travado tanto para Itapaiúna, quanto para o Vila Ema e para o São Lucas, na Vila Prudente; mas a gente tem que destravar isso para construir e acho que Itapaiúna precisa de uma parceria, com a Subprefeitura junto, para conseguir implantar esse parque, porque talvez a gente não tenha pernas para o parque sozinho.

Vila Jacuí, Parque Primavera: a gente está esperando uma liberação do MP, é isso que está faltando. E só frisar também que, embora a gente não tenha feito tantos parques quanto anteriormente, a gente fez pelo menos intervenções de requalificação, parciais ou totais, em cerca de cinquenta parques, que também é muito relevante. A gente tem buscado, diante dos parques que foram implantados, e a gestão e efetivação dessas áreas verdes de uso público e de conscientização ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Então, acho que é isso. Agradecer ao Sr. Vinicius.

Oscar, se você quiser deixar o seu contato, a gente pode ver, sim, as áreas dos parques que estão sendo ocupados e, inclusive, fazer uma denúncia aqui na Tribuna para que todos os Vereadores saibam disso. A gente vai até lá tirar foto e fazemos uma denúncia nesta Casa Legislativa. Pode deixar o seu contato, o seu *e-mail*.

O SR. OSCAR LIRA – O meu *e-mail* é: oscar@pontoapontojornal.com.br . Inclusive do Cades Campo Limpo. A situação da nossa região do Campo Limpo é lamentável, é absurda. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Não havendo mais nada a tratar, declaro realizada esta audiência pública.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
